



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM LETRAS

UM ESTUDO SOBRE LÍNGUA JAPONESA DE SINAIS E *SHUWA*:
QUESTÕES DE LÍNGUA, CULTURA, ENSINO E FORMAÇÃO

GREICE LUIZE SCHAEFER DA SILVA

PORTO ALEGRE
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM LETRAS

UM ESTUDO SOBRE LÍNGUA JAPONESA DE SINAIS E *SHUWA*:
Questões de língua, cultura, ensino e formação

GREICE LUIZE SCHAEFER DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Letras - Tradução Português e
Japonês do Instituto de Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.º Dr. Vinicius Martins Flores

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Schaefer da Silva, Greice Luize
Um Estudo Sobre Língua Japonesa de Sinais e Shuwa:
Questões de língua, cultura, ensino e formação /
Greice Luize Schaefer da Silva. -- 2021.
65 f.
Orientador: Vinicius Martins Flores.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de
Letras, Bacharelado em Letras: Tradutor Português e
Japonês, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Língua Japonesa de Sinais. 2. Japonês
Sinalizado. 3. Comunidade Surda. 4. Sociolinguística .
5. Terminologia . I. Martins Flores, Vinicius, orient.
II. Título.

GREICE LUIZE SCHAEFER DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE LÍNGUA JAPONESA DE SINAIS E SHUWA: Questões
de língua, cultura, ensino e formação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Letras - Tradução Português e
Japonês do Instituto de Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.º Dr. Vinicius Martins Flores

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Andrei Cunha, UFRGS

Prof.^a Dr.^a Carolina Hessel da Silveira, UFRGS

TILS M.^a Amanda Rocha, UFRGS

Prof. Dr. Vinicius Martins Flores, UFRGS (Orientador)

Às mulheres de minha vida: Aleksandra, Carolina, Gabriela e Mirian.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos meus amigos, professores e orientadores, principalmente àquele que confiou em mim e perguntou, a essa altura de minha juventude, o que eu queria ser quando crescer. Este trabalho não é resultado de um ano de pesquisa, ou cinco anos de estudo, este trabalho são 23 anos de crescimento, que continua a acontecer todos os dias. É comum que se conte o tempo de um trabalho a partir do momento que se senta diante da bibliografia e começa a ler, mas ele começa muito antes disso, na mesa de jantar, na caminhada na praia, na xícara de chá, através de cada borboleta que nos afeta. Por isso, uma página não basta para agradecer as inúmeras pessoas que ajudaram e influenciaram na construção do pequeno caos que é esta pesquisa.

Eu sei que todas as madrugadas que fiquei acordada escrevendo jamais se somarão as que você ficou, elas também não devolvem esse tempo que evaporou como a água das roupas ao Sol. Esse trabalho não devolve as horas no trânsito respirando a fumaça do engarrafamento. 60, 80 ou 8530 páginas não devolvem esse tempo.

Peço desculpas pelas inúmeras portas que fechei na desesperada tentativa de abrir uma pequena janela. Agradeço pelas histórias e pelas coisas que tentaram me ensinar, mas não aprendi. Agradeço pela bergamota do pé tanto quanto pelo suco com açúcar, eu sei o que cada um deles quer dizer.

Eu agradeço pelas tardes que você me ouviu, insistente, falar sobre o mesmo assunto repetidas vezes. Por todas as respostas mesmo às perguntas mais desnecessárias. Por ter me dado não a resposta que precisava, mas a pergunta que precisava. Agradeço por ter me entendido mais do que eu mesma fui capaz de entender.

Agradeço pelos dias inteiros que ouvi o barulho do seu digitar ao meu lado, as manhãs frias com café quente, mesmo do outro lado do mundo eu sempre ouvia a sua voz. Este trabalho mais do que o registro de inúmeros egoísmos meus, é um registro de amizade e companheirismo. Agradeço por todas as casas nas quais fui bem-vinda como se fosse da família.

Agradeço por resistirem bravamente todos os dias.

Vocês são a origem de tudo, muito obrigada por me trazerem até aqui.

手で紡ぐ言の葉で花を咲かそう。

大川

(2019)

RESUMO

Nem todo japonês, filho de pais japoneses e nascido no Japão, tem como língua materna a Língua Japonesa, o que pode ser uma realidade difícil de ser absorvida em um país famoso por sua homogeneidade. Essa é a realidade de muitos Surdos no Japão que têm como língua materna a língua japonesa de sinais, lá conhecida popularmente pelo termo *nihon shuwa* (日本手話), ou simplesmente *shuwa*. Existe, porém, uma complexa questão que envolve a definição desse termo; isso porque ele abarca não só a língua japonesa de sinais como também o japonês sinalizado e qualquer outro tipo de sinalização, independentemente de sua hereditariedade, o que equivaleria ao termo brasileiro “sinais”. A ambiguidade dessa terminologia, que une diversas formas de comunicação diferentes sob o mesmo guarda-chuva, apagou o status linguístico da língua japonesa de sinais, camuflando-a como sendo uma forma de falar japonês com as mãos. O que historicamente garantiu a entrada da Língua de Sinais em espaços ocupados exclusivamente pela Língua Japonesa, atualmente, poderia estar atuando como impedimento para seu efetivo reconhecimento linguístico, como sendo uma língua de herança autônoma e dotada de gramática própria. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que traça a história das múltiplas formas de sinalização e das terminologias utilizadas no Japão, fazendo um paralelo entre a sociedade japonesa e a organização desse grupo linguístico minoritário. Isso porque essa terminologia, mais do que um desafio tradutório, tem impacto direto no ensino dentro das escolas de Surdos e clubes de estudo, na formação e atuação de intérpretes de língua japonesa de sinais, na produção de materiais didáticos informativos, bem como na promoção da própria língua. Este trabalho tem por objetivo considerar o cenário sociolinguístico e político da Comunidade Surda Japonesa, elencando possíveis explicações para a utilização do termo genérico *shuwa*, estabelecendo como objetivo específico discutir suas definições, observando como ele vinha sendo utilizado até então e como as novas Leis de *shuwa*, propostas pela Federação Japonesa de Surdos, seriam indício de uma nova fase da comunidade que poderia estar buscando seu reconhecimento linguístico aos moldes internacionais.

Palavras-chave: Língua Japonesa de Sinais; Japonês Sinalizado; Comunidade Surda; Sociolinguística; Terminologia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Cartaz de divulgação do clube <i>Flono</i>	18
Figura 2 — Representação de estrutura SOV em língua japonesa de sinais da frase “Eu como pão” (私はパン食べる / 私、パン食べる)	21
Figura 3 — Ilustração representando o plural do verbo ir em língua japonesa de sinais em contraste com o verbo japonês <i>iku</i> (行く) que não tem marcação de plural.	21
Figura 4 — Representação do sinal para médico (pulso, homem, da direita para a esquerda)	22
Figura 5 — Representação do Sinal para Jogador	22
Figura 6 — Representação do Sinal para Mestre (ensinar, homem, da direita para a esquerda)	23
Figura 7 — Representação do Sinal para Adorável	23
Figura 8 — Representação de quatro sinais que correspondem à palavra “ <i>ochiru</i> ” (落ちる) em diversos sentidos	25
Figura 9 — Representação das formas de sinalização e sua proximidade com relação ao japonês oral e à língua japonesa de sinais.	30
Figura 10 — Propaganda impressa do filme <i>Happiness of Us Alone</i> , década de 1960	45
Figura 11 — Programa NHK <i>shuwa News</i> (referente ao programa de 15 Abr. 2021) com apresentação em sinais e legenda na lateral da tela.	46
Figura 12 — NNN News Sunday 28 Maio 2017.....	47
Figura 13 — Primeira versão do programa <i>Minna no shuwa</i> , 1990, com maioria de apresentadores ouvintes e comunicação simultânea.	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CLUBE DE LÍNGUA DE SINAIS: O COMEÇO DA APRENDIZAGEM	16
3 LÍNGUA DE SINAIS	20
3.1 A língua japonesa de sinais e a Língua Japonesa	20
3.2 Japonês Sinalizado	24
3.3 Nihon Shuwa.....	28
4. CULTURA E SOCIEDADE	33
4.1 O Japão das minorias	34
4.2 Cultura Surda	36
4.3 Organização da Sociedade Surda Japonesa	37
5 ACESSIBILIDADE	40
5.1 A Construção Dos Clubes e a Difusão Do Japonês Sinalizado	40
5.2 A Profissão do Intérprete.....	42
5.3 Visibilidade na Mídia Audiovisual.....	44
6. A LEI DE LÍNGUA JAPONESA DE SINAIS: SHUWA GENGO HÔ	50
6.1 Os Modelos Da Federação Japonesa de Surdos	53
6.2 O Novo Modelo	55
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

No Japão, a tática de resolução interna de conflito é a do não conflito. “Conflito não é considerado natural lá, pelo contrário, é tido como uma vergonha a ser evitada sempre que possível”¹ (KRAUSS; ROHLEN; STEINHOFF, 1984, p.11). Boa parte das normas de relacionamento na sociedade japonesa estão baseadas na prática de ler a atmosfera do ambiente, o que significa basicamente imaginar aquilo que as pessoas ao redor estão pensando e agir de acordo, de forma a causar o mínimo de incômodo possível e não trazer problemas a si mesmo. A política japonesa do bom vizinho possui outro pilar importante: a ambiguidade (TSUDA, 1993; CLANCY, 1987). Essa se ergue através de expressões que parecem praticamente não acrescentar informações, podendo soar tão peculiares como “se eu for, eu vou”. Em nome de uma coexistência harmônica, ou simplesmente de uma forma de sobrevivência, literal e social, em uma sociedade orientada ao grupo, uma das táticas utilizadas é essa ambiguidade do locutor acompanhada da leitura de atmosfera realizada pelo interlocutor. Esse estilo de vida que valoriza a restrição do eu perante o nós, é um dos principais ensinamentos de vida na fase pré-escolar, quando as crianças aprendem a colocar os próprios desejos em segundo plano perante os membros do grupo (PEAK, 1989).

Na Comunidade Surda japonesa, o mesmo pode ser visto através das instituições que a representam. Para funcionar como a face pública de uma ampla comunidade, a Federação Japonesa de Surdos (JFD, do inglês *Japanese Federation of the Deaf*) se baseia nessa mesma política do bom vizinho que paira na sociedade como um todo. É evitando confrontos e se apoiando na ambiguidade que o grupo tenta agregar o maior número de pessoas possíveis, de forma a obter apoio dentro e fora da comunidade. A JFD foi, durante muitos anos, comandada por pessoas Surdas oralizadas que possuíam a língua de sinais como segunda língua e tinham interesse em aproximar o japonês oral da língua japonesa de sinais, o tanto quanto possível (NAKAMURA, 2006). Essa ideia de aproximação foi refletida em suas políticas que, durante muito tempo, além de se afastarem do âmbito cultural e educacional, realizaram a manutenção de terminologias ambíguas² que evitassem restringir sua aplicabilidade, podendo transitar mais livremente entre seus membros advindos de diversos contextos.

¹ *Conflict is not considered natural there; rather, it is regarded as an embarrassment to be avoided whenever possible.* (tradução minha)

² Outro termo ambíguo dentro da comunidade é o termo *Rôsha* (ろう者, “surdo, Surdo”) que se refere a deficientes auditivos que utilizam apenas o meio oral de comunicação, como também a Surdos que utilizam Língua de Sinais, não marcando a diferença cultural entre os indivíduos. Neste trabalho, porém, apenas o uso do termo *shuwa* será analisado.

Uma dessas terminologias se refere ao uso da palavra *shuwa*³, termo muitas vezes traduzido como “língua de sinais”, mas que na prática não exprime o mesmo status linguístico. O termo *shuwa*, que significa literalmente “fala com as mãos”, é usado para se referir à língua japonesa de sinais, porém não só a ela como também a uma série de outras formas de sinalização — mais especificamente, sinais caseiros⁴, japonês sinalizado⁵ e comunicação simultânea⁶. Esse termo, ambíguo e impreciso, não por acaso estaria sendo utilizado em uma variedade de materiais didáticos e campanhas de promoção linguística elaborados pela própria JFD. Seria essa escolha, um indício não só de uma visão de língua, como também de uma política linguística dessa — e com relação a essa — comunidade?

Autores como Hisamatsu (2016), membro da JFD, reconhecem que a falta de uma visão de língua por parte dos japoneses se reflete nessa terminologia que não comporta a dicotomia sinais/língua de sinais. Além disso, o termo aglutina o japonês sinalizado e a língua japonesa de sinais, como se fossem derivações de uma mesma coisa. Segundo ele, essa ausência de uma visão de língua é claramente percebida nas traduções do inglês para o japonês em que o termo *Sign Language* é traduzido simplesmente como *shuwa*, como sendo um equivalente inquestionável. A questão acerca do uso do termo *shuwa* dentro da Comunidade Surda japonesa também se torna uma questão de tradução pelo ponto de vista contrário, de quem traduz do japonês. Isso porque sem entender como o termo é utilizado dentro dessa comunidade, é possível que se traduza, automaticamente, como sendo termo equivalente à “Língua de Sinais”, associação e reconhecimento que não necessariamente está ocorrendo no texto de partida.

A Língua de Sinais é um elemento central das Comunidades Surdas ao redor do mundo; por isso, observar como essa terminologia transita entre seus diferentes membros pode nos dar pistas importantes sobre a organização desses grupos, bem como sobre a constituição das sociedades em que eles se estruturam. Mais do que reflexões necessárias no processo de tradução, pesquisas que observam o contexto sociocultural de outras comunidades nos ajudam a olhar para nossa própria realidade a partir de um novo ponto de vista. Embora haja características em comum, as Comunidades Surdas ao redor do mundo são variadas e únicas.

³ Do japonês 手話.

⁴ Forma de sinalização comumente desenvolvida em contextos cuja interação com Surdos sinalizantes é escassa. (ADRIANO, 2010)

⁵ Forma de *pidgin* entre japonês oral e língua japonesa de sinais caracterizada pelo uso de uma gramática que se aproxima da língua oral. (KIMURA, 2011)

⁶ Utilização simultânea de oralização e sinalização.

Todas elas têm sua própria história, cultura, organização, e realizam intercâmbios da mesma forma que as comunidades ouvintes (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Por meio da presente pesquisa, tenho como objetivo descrever o cenário linguístico e social da Comunidade Surda japonesa e da comunidade ouvinte que com ela se relaciona. Para tanto, estabelece-se o objetivo específico que é discutir a terminologia *shuwa* e suas definições. Ao traçar um breve histórico acerca da difusão das sinalizações utilizadas, assim como das visões de língua e identidade que se manifestam dentro do país, pretendo enumerar as possíveis causas para a resistência ao uso do termo língua japonesa de sinais, assim como para a falta de reconhecimento da língua em si. São questões que, mais do que a diferenças linguísticas, estão relacionadas a características histórico-sociais dessa comunidade, bem como às suas estratégias de negociação política interna e externas. Após essa descrição, me proponho, também, a ilustrar uma possível mudança nesse cenário através da análise do uso do termo *shuwa* dentro das leis de reconhecimento linguístico regionalmente promulgadas no Japão.

Trata-se, portanto, de um panorama geral que dialoga com diversas áreas de estudo, em especial com as de políticas linguísticas, sociolinguística e terminologia. A pesquisa também se relaciona com a área de tradução, pois questiona uma aparente equivalência entre os termos *shuwa* e Língua de Sinais, tradução que deveria levar em conta o complexo contexto da Comunidade Surda descrito neste trabalho. O uso da palavra *shuwa* e sua ambiguidade tem, ainda, implicações nas escolhas curriculares tanto das escolas para Surdos⁷ como dos cursos livres. Seu uso pode também impactar diretamente na formação e atuação de intérpretes de língua japonesa de sinais. Levando isso em conta, este trabalho busca responder especialmente à questão: o que engloba o termo *shuwa* e por que esse termo é mais corrente, dentro e fora da comunidade, do que o termo equivalente a língua japonesa de sinais⁸?

De forma a investigar as motivações para o uso do termo genérico, *shuwa*, bem como suas implicações nos clubes de estudo, na atuação de intérpretes e na presença midiática, realizo uma análise bibliográfica e documental. Como base da análise documental, faço uso de textos publicados pela Federação Japonesa de Surdos em sua página oficial e textos das Leis de Língua de Sinais japonesas, disponíveis nas páginas das prefeituras. Faço também uso de obras de linguistas dos estudos de Línguas de Sinais da comunidade japonesa, como Kimura (2011),

⁷ Neste trabalho, se utiliza o termo Surdo, com letra maiúscula, para se referenciar a todos os indivíduos que têm a língua de sinais como primeira língua, em oposição ao termo surdo, com letra minúscula, que se refere aos indivíduos deficientes auditivos, questão que será revisitada no capítulo 4.2, página 37.

⁸ Em japonês, 日本手話言語 (*nihon shuwa gengo*).

linguista Surda desvinculada da JFD, e de estudos antropológicos como os de Nakamura (2006), até hoje sendo a única obra ocidental a realizar um retrato tão completo acerca da Comunidade Surda japonesa.

No primeiro capítulo deste trabalho, realizo um relato de minha trajetória nos estudos da Comunidade Surda japonesa e de minhas experiências de contato com a *shuwa*, explicando como surgiu a ideia desta pesquisa. No segundo capítulo, escrevo a respeito das línguas de sinais — mais especificamente, de características da gramática da língua japonesa de sinais e de como ela se diferencia do japonês oral. É também nesse capítulo que me proponho a explicar um pouco mais a respeito do que é a *shuwa* e suas múltiplas definições, bem como as formas de sinalização às quais esse termo pode estar atrelado. A partir do terceiro capítulo, me volto para uma análise da cultura japonesa e da posição da Cultura Surda dentro dessa comunidade, sendo o capítulo seguinte a respeito de como essas comunidades interagem, especialmente por meio da mídia e dos grupos de estudos. Por último, no quinto capítulo, faço uma breve visita às leis locais que reconhecem e regulamentam a promoção da língua japonesa de sinais, de forma a observar o começo de uma possível mudança no emprego do termo e na visão de língua dessa comunidade.

2 CLUBE DE LÍNGUA DE SINAIS: O COMEÇO DA APRENDIZAGEM

Não recordo o meu primeiro contato com línguas de sinais. Venho de uma família de ouvintes e jamais havia convivido com pessoas Surdas — pessoas que fazem parte da comunidade linguística falante de uma língua de sinais. A primeira vez que uma língua de sinais me chamou a atenção foi em uma obra em quadrinhos japonesa, que foi lida ainda no período do Ensino Médio, tão logo começava meu interesse pelo próprio japonês. A partir daquele momento, me interessava por duas línguas que em nada se pareciam com a minha própria. Naquela época, fazia curso técnico de programação de computadores e aprendendo sobre as dificuldades da tradução automática enquanto programadora, resolvi aprender sobre essas dificuldades pelo ponto de vista de uma linguista, optando por ingressar no curso de Letras em 2016. No final do mesmo ano, comecei a fazer parte de um projeto de pesquisa. Quase dois anos depois disso, em meio a um levantamento de traduções literárias japonesas, meu orientador me perguntou se havia alguma obra que me fosse especial, e mencionei aquela mesma obra em quadrinhos que anos atrás havia me cativado. Foi então que, academicamente, comecei a me envolver com a Comunidade Surda japonesa e a língua japonesa de sinais.

Em 2019, no que seria meu ano de formatura, fui contemplada com uma bolsa de estudos concedida pelo governo japonês, o que me permitiu permanecer na Universidade de Osaka por cerca de um ano. Durante essa experiência, realizei contato com a Comunidade Surda local, comparecendo a apresentações⁹, eventos de estudo¹⁰, cafés¹¹ e bares de Surdos¹². Minha oportunidade de aprender *shuwa* ocorreu principalmente através de dois grupos de ouvintes da universidade que se reuniam para estudar em clubes de atividades extraclasse. Os clubes de estudos eram de origens diferentes, mas ambos formados por alunos da Universidade de Osaka que utilizavam a mesma metodologia de dois encontros semanais onde ocorriam estudos aleatórios, jogos e rodas de conversa em sinais. Minha participação era sempre em um dos encontros semanais de cada grupo.

⁹ Uma delas realizada pelo grupo Oioi, grupo de entretenimento formado por Surdos. (<<https://oioi-sign.com/>>)

¹⁰ Como o *Meeting of Signed and Spoken Language Linguistics*, realizado pelo Museu Nacional de Etnologia, evento internacional que reuniu pesquisadores do mundo todo, para apresentar suas pesquisas relacionadas à temática de Línguas de Sinais. (<<http://www.sillr.jp/ssll2019/>>)

¹¹ *Knot* café e bar, cujos donos organizam periodicamente rodas de conversa separadas em níveis (básico, intermediário e avançado) para estudantes de *shuwa*. (<<https://www.k-knot2018.com/>>)

¹² *Sign with me*, bar de entretenimento cuja *staff* é composta por acompanhantes Surdas que servem os convidados e os fazem companhia na mesa por meio de sinais e linguagem escrita. (<<https://www.nhk.or.jp/heart-net/program/rounan/1568/>>)

Nas escolas e universidades o trabalho de atividades extracurriculares é feito sem nenhum tipo de remuneração ou recompensa direta, de forma que os participantes não têm assiduidade cobrada de nenhuma forma e participam de livre e espontânea vontade. Alguns estudantes, porém, alegam que o engajamento em atividades extracurriculares durante a graduação é um fator que conta pontos positivos na posterior procura por uma vaga de emprego. Essas atividades fazem parte de toda uma cultura escolar japonesa que, desde o ensino fundamental, incentiva os alunos a criarem e participarem desse tipo de grupo, que se reúne periodicamente e participa dos festivais escolares. Dentro desses clubes, especialmente a partir dos anos finais de educação, se reflete a sociedade japonesa, com seus sistemas de hierarquias e comprometimentos, executando, portanto, um importante papel no desenvolvimento social dos estudantes e no desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um grupo.

Um dos clubes de que participei possuía uma ampla grade de atividades voltadas para área de voluntariado que, além de estudo de *shuwa*, também auxiliava em eventos escolares, creches locais, dentre outras atividades. Esse grupo, que atende sob o nome de *Frontier*, tem um número considerável de adesões anuais. Estima-se uma média de 50 a 80 novos estudantes todos os anos, que circulam por entre esses vários subgrupos de atividades. Assim, é impreciso o número de participantes do grupo de *shuwa*, dada a situação de grande rotatividade de pessoas entre as atividades realizadas — todas elas fazem parte do *Frontier* e não há uma inscrição separada para as atividades internas do grupo. Nesse caso, não havia nenhum integrante Surdo. O material utilizado para estudo era um dicionário de língua japonesa de sinais, celulares dos próprios alunos para pesquisa online e, em algumas das reuniões, também eram distribuídas cópias contendo listas de sinais com determinado tema. Os próprios alunos procuravam na internet os sinais para participar de atividades de jogos e esquetes teatrais. Não havia estudo de gramática nem exatamente alguém que estivesse lá para ensinar. Exceto por aqueles que participaram do grupo nos anos anteriores, todos os estudantes partiam basicamente da mesma condição.

O outro grupo de estudos que frequentei é mais recente: foi criado em outubro de 2019, e voltado exclusivamente para o estudo de *shuwa*. A fundadora foi uma aluna Surda, Kimika Ogawa, do primeiro ano do curso de ciências humanas, que se juntou a outras duas amigas para criar o grupo especificamente voltado para a língua. O clube é conhecido pelo nome *Flono*, em referência às palavras flor e mão em Esperanto, descrevendo a conversa em sinais como o desabrochar das mãos (Figura 1). Esse grupo, no momento de submissão deste trabalho, conta com cerca de 30 participantes que se revezam entre as duas reuniões semanais realizadas com objetivo de aprender e praticar a *nihon shuwa*. Quem ensina os sinais é principalmente Ogawa,

e os encontros são planejados em três momentos: revisão, prática de datilológico¹³ e aprendizagem de novos sinais, para o grupo básico; e revisão, novos sinais e quiz, para o grupo experiente. Não há precisamente o ensino de gramática; entretanto como há a presença de um participante fluente na língua, os demais integrantes do grupo possuem alguém a quem direcionar suas dúvidas.

Figura 1 — Cartaz de divulgação do clube *Flono*

手話サークル

Flono

Flono 《フローノ》とはエスペラント語の”花”と”手”を組み合わせた言葉。
手話での会話が手で花を咲かしているように見えることから名付けられました。
大学から始めた人がほとんどのサークルで、
のんびりやりたい人にも、どんどん学びたい人にもおすすめです。

サークルオリエンテーション
@C403

OSAKA.U.FLONO

Fonte: 阪大手話サークル *Flono*, Twitter: @Flono17. Osaka, 08 Mar. 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/Flono17/status/1236847892289056768>>. Acesso em: 01 Dez. 2020.

A origem e a forma como os clubes trabalhavam era evidentemente distinta, mas o que ambos tinham em comum era o estudo voltado para o vocabulário, concentrando-se na prática do datilológico e de palavras aleatórias. No caso do clube de voluntariado, muitas das atividades eram voltadas para o desenvolvimento de linguagem corporal e formas de comunicação não verbal. Essa prática me fez questionar a ausência de qualquer discussão sobre ordem frasal, classificadores, *role shift*¹⁴ ou qualquer tipo de aspecto gramatical que até então tomava por

¹³ Forma de escrita manual voltada para a representação dos fonemas da língua falada. Diferente do datilológico da Libras, que corresponde ao alfabeto romano, o datilológico japonês é composto por 46 sinais que representam o sistema de escrita *kana* (silabário) da língua japonesa.

¹⁴ *Role shift* (ou *referential shift*) é a utilização da mudança na posição do tronco para indicar mudança de referente. (OKA, AKAHORI, 2011)

garantido no estudo de uma língua de sinais. Entretanto, essa forma de estudo se deve sumariamente a dois pontos: o primeiro, mais evidente, é o fato de que se tratam de reuniões de estudos descompromissadas e com grande rotatividade de participantes, o que dificulta qualquer forma de estudo mais complexo ou metodologia de estudo gradativo; o segundo, acerca do qual pretendo dissertar neste trabalho, é a complexa realidade da chamada *nihon shuwa*, bem como a falta de reconhecimento da língua japonesa de sinais.

3 LÍNGUA DE SINAIS

Línguas de sinais são línguas da modalidade visual-espacial que — diferente das línguas orais, que são da modalidade oral-auditiva —, se desenvolvem no espaço e não através do som. São línguas que possuem gramática e léxico próprios e que surgem naturalmente entre os Surdos, sendo adquiridas e desenvolvidas da mesma forma que os ouvintes adquirem uma língua oral. São línguas independentes que não possuem relação direta com a língua oral do país onde se desenvolvem, embora absorvam vocábulos dessa língua por meio do datilológico, da mesma forma como as línguas orais absorvem estrangeirismos entre si no âmbito de seu próprio sistema fonético e de escrita. (QUADROS; KARNOPP, 2004; SAITÔ, 2007)

3.1 A língua japonesa de sinais e a Língua Japonesa

Onde há Surdos, há sinalização. No entanto, o começo do que é hoje conhecido como a língua japonesa de sinais é creditado à abertura da primeira escola para Surdos do Japão, em 1878. Foi ali que, pela primeira vez, foi criado um lugar em que os Surdos podiam se reunir (KANDA; FUJINO, 1996, p.33; NISHIOKA, 2011, p.1; KIMURA, 2011, p.17; ODA, 1996, p.153). Antes disso, a língua japonesa de sinais não era percebida com status de língua única: os Surdos viviam separados e criavam os próprios sinais junto às suas famílias. Nesse período, com exceção dos raros casos de famílias de Surdos, não havia exatamente algum tipo de local que oportunizasse a difusão da língua de sinais para uma possível padronização ou espaço para que essas sinalizações fossem herdadas e se tornassem mais complexas. As comunidades Surdas, enquanto comunidades linguísticas minoritárias, surgem comumente ao redor das escolas para Surdos, pois são elas que fornecem um espaço de hereditariedade linguística em que os sinais podem ser não só criados como também transmitidos, abrindo espaço para o desenvolvimento linguístico natural (NAKAMURA, 2006; KANDA; FUJINO, 1996). Onde Surdos se reúnem certamente nasce uma língua de sinais, e as escolas para Surdos foram o berço para inúmeras delas (SAITÔ, 1999; TAKADA, 2013).

É muito comum a ideia errônea de que as línguas de sinais são uma versão sinalizada de uma língua oral. Isso se deve, em parte, ao fato de que, durante muito tempo, essa foi a única gramática conhecida e estudada. Através dessa ideia se difundem muitas das línguas orais sinalizadas, como é o português sinalizado, por exemplo, entre estudantes de línguas de sinais como segunda língua, em uma tentativa de reproduzir uma língua oral por meio de sinais sobrepondo a sintaxe oral e a morfologia de sinais (KIMURA, 2011; SAITÔ, 2007). Existem,

de fato, semelhanças entre o japonês oral e a língua japonesa de sinais. A estrutura de topicalização presente na Língua Japonesa, que confere um grau de liberdade maior à ordem frasal, é uma delas. Outra é o fato de a ordem dos constituintes da sentença mais comum ser SOV (Figura 2), em ambas as línguas (OKA; AKAHORI, 2011).

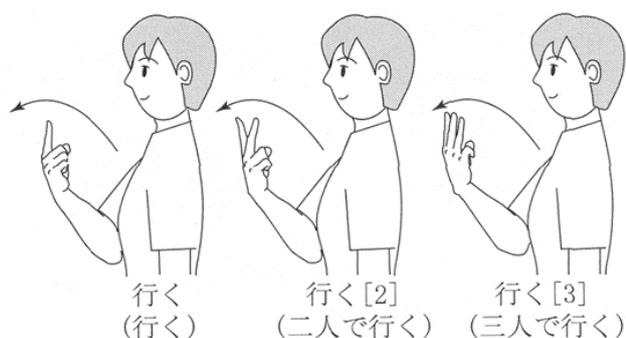
Figura 2 — Representação de estrutura SOV em língua japonesa de sinais da frase “Eu como pão” (私はパン食べる / 私、パン食べる)



Fonte: OKA; AKAHORI, 2011, p. 58

Uma grande diferença entre essas línguas, no entanto, é quanto à expressão do plural, questão que, na maioria das vezes, passa despercebida pelos dicionários e glossários utilizados nos clubes de estudo. O plural em japonês não é marcado, ao contrário do que ocorre com a língua japonesa de sinais. Embora o plural da língua japonesa de sinais seja comumente marcado entre “alguns” e “muitos”, há sinais que permitem uma precisão maior nesse número, como é o caso do sinal para pessoa, cuja mudança na configuração de mão pode variar entre as configurações de mão dos números de 1 a 9, indicando o respectivo número de pessoas. Essa marcação de número não se limita apenas aos substantivos, se estendendo também aos verbos. No exemplo a seguir (Figura 3), é possível observar a mudança na configuração de mão do sinal “ir” com diferentes marcações de número.

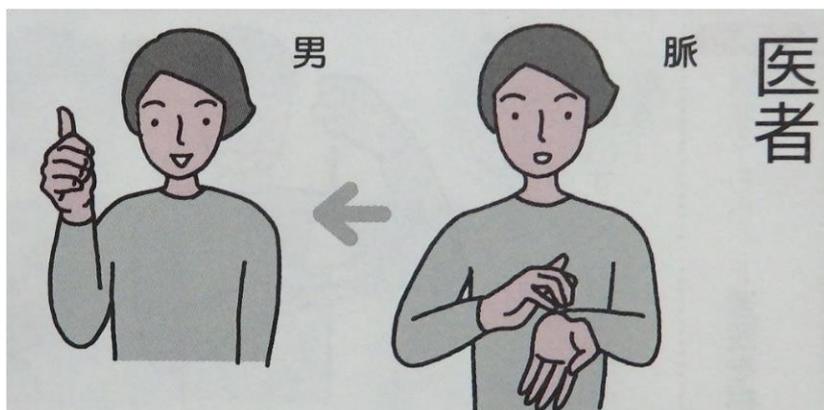
Figura 3 — Ilustração representando o plural do verbo ir em língua japonesa de sinais em contraste com o verbo japonês *iku* (行く) que não tem marcação de plural.



Fonte: MATSUMOTO et al, 2006, p. 183

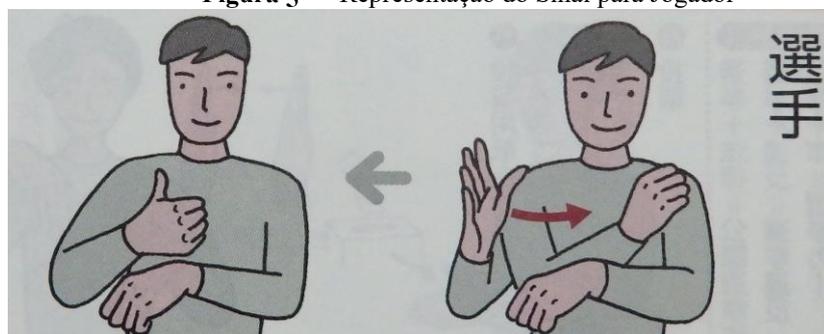
O japonês não possui marcação de gênero na construção das palavras, embora haja palavras específicas que diferenciam o gênero feminino como o caso do substantivo *joi* (女医 “médica”) e *joyû* (女優 “atriz”)¹⁵. No caso da língua japonesa de sinais, há algumas marcações de gênero que ocorrem especialmente em sinais realizados com a união de algum sinal específico ao sinal para “homem”. Esse é o caso do verbete para “médico” (Figura 4), cujo sinal é composto pelo sinal de “pulso” combinado ao sinal “homem” ou “mulher”, mesma mudança é vista nos sinais para “jogador” (Figura 5) e “mestre” (Figura 6).

Figura 4 — Representação do sinal para médico (pulso, homem, da direita para a esquerda)



Fonte: OGATA, 2010, p. 48

Figura 5 — Representação do Sinal para Jogador



Fonte: OGATA, 2010, p. 272

¹⁵ Sendo que o caractere 女 possui o significado de “mulher”.

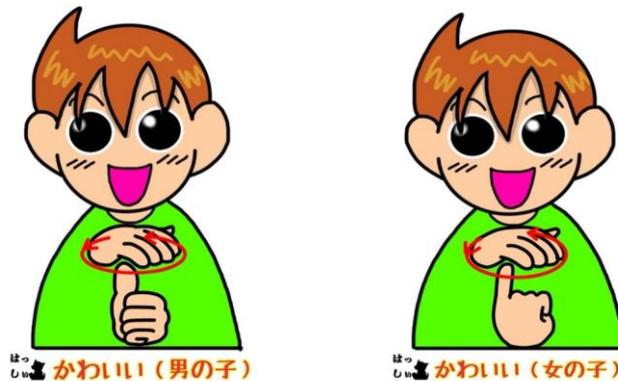
Figura 6 — Representação do Sinal para Mestre (ensinar, homem, da direita para a esquerda)



Fonte: OGATA, 2010. p. 273

O adjetivo *kawaii* (可愛い, “adorável”), que não possui marcação de gênero em japonês, pode ser traduzido para língua japonesa de sinais tanto por um sinal que utiliza a configuração de mão do sinal para “mulher”, como por um sinal com a configuração de mão do sinal “homem”, utilizado como marcação de gênero masculino.

Figura 7— Representação do Sinal para “adorável”¹⁶



Fonte: SHUWA, 2016.

Outro ponto de intersecção entre as duas línguas que também é necessário mencionar é o uso da escrita manual, tanto pelo uso de sinais como pela técnica de escrita no ar. Oka e Akahori (2011) consideram o uso de datilológico como um estrangeirismo e, da mesma forma como ocorre com palavras escritas em *katakana*¹⁷, se trata de uma parte da língua de sinais e parte de um processo natural que ocorre entre todas as línguas que entram em contato. Uma vez que, através do uso de datilológico, as palavras japonesas são absorvidas através da fonética da língua japonesa de sinais, elas se integram à língua em um processo de aglutinação. Entretanto,

¹⁶ À esquerda realizado com configuração de mão do sinal de “homem” e à direita com configuração de mão do sinal de “mulher”.

¹⁷ Sistema de escrita japonês (silabário) voltado especificamente para a escrita de palavras estrangeiras através da fonética japonesa.

alguns autores, como Kimura (2011), possuem uma visão de língua um pouco mais estrita e consideram essas manifestações como sendo a própria Língua Japonesa, japonês sinalizado, não configurando parte integrante da língua japonesa de sinais. Kanda e Fujino (1996, p. 40) comparam tanto o datilológico como os vocábulos em sinais ao *waseieigo*¹⁸, o “inglês japonês”, fenômeno em que as palavras em inglês são absorvidas com um novo significado. Assim como o *waseieigo* não é inglês, seria questionável se datilológico e vocabulário em sinais seriam ou não língua japonesa de sinais.

Quanto à técnica de escrita no ar¹⁹, essa parece mais controversa do que o datilológico e não é mencionada por boa parte dos autores que fizeram parte da bibliografia utilizada neste trabalho. Trata-se de uma forma de empréstimo linguístico baseada em escrever os caracteres chineses no ar de forma com que o interlocutor possa visualizar a palavra escrita. Ela acaba sendo controversa, porque é uma técnica também utilizada pelos ouvintes quando a esses é necessário explicar a forma de escrever alguma palavra ou clarificar eventuais ambiguidades na fala. Entretanto, a forma como os Surdos realizam esse processo de escrita no ar não é a mesma utilizada pelos ouvintes. A escrita dos Surdos atribui a cada caractere um ritmo, uma entonação, semelhante ao ritmo de qualquer outra sinalização em língua japonesa de sinais e, portanto, a escrita no ar pode ser considerada como uma forma de sinal (OKA; AKAHORI, 2011).

3.2 Japonês Sinalizado

O japonês sinalizado²⁰ é reconhecido como sendo um *pidgin*, uma língua de contato entre a língua japonesa de sinais e o japonês oral e, uma vez que a língua japonesa de sinais é reduzida a vocabulários simples, esse é tido como um *pidgin* de Língua Japonesa, e não o contrário. Assim como acontece com outras formas de *pidgin*, não há falantes nativos dessa língua e a língua socialmente forte fornece a gramática enquanto a língua minoritária fornece o

¹⁸ Do japonês 和製英語.

¹⁹ Do japonês 空書, *soragaki*.

²⁰ Do Japonês 日本語対応手話 (*nihongo taiou shuwa* “*shuwa* que corresponde ao japonês”). Neste trabalho, utilizo o termo Japonês Sinalizado, em maiúsculo, para me referir de forma mais específica a essa sinalização *pidgin* resultante do contato entre a Língua Japonesa e a língua japonesa de sinais, ao passo que utilizo japonês sinalizado, em minúsculo, para me referir ao conjunto mais genérico de todas as sinalizações com influência gramatical direta da Língua Japonesa oral, sejam elas *pidgin* ou notações artificiais. Para um panorama visual dessa divisão terminológica, ver Figura 9.

vocabulário²¹ (KANDA; FUJINO, 1996, p. 34-35). Nesse caso, o Japonês Sinalizado conteria, dentre outros elementos característicos da língua oral, as partículas e conjugações verbais, todas realizadas em datilológico. Uma vez que as diferenças entre as línguas são ignoradas e a língua japonesa de sinais é reduzida a léxicos, autores, como Kimura (2011), defendem que essa forma de comunicação não se trata de uma língua de sinais, mas sim, de um novo sistema de escrita da própria língua japonesa, inteiramente dependente, tal como é o sistema de escrita braile, por exemplo. Já para Takada (2013, p. 68), trata-se de uma forma de sinalização formal utilizada pela Comunidade Surda em eventos e transmissões televisivas.

A ideia de se adaptar e sinalizar absolutamente todos os elementos do japonês é, na prática, muito mais difícil de ser efetivada do que possa vir a parecer — ainda mais quando utiliza como base sinais da língua japonesa de sinais. Isso porque a língua japonesa de sinais, sendo uma língua diferente do japonês oral e, especialmente, por se tratar de uma língua de modalidade diferente, possui um recorte de realidade próprio, existindo muitos casos em que esse recorte não é correspondente. Isso resulta, por exemplo, em múltiplos sinais para uma mesma palavra japonesa e vice-versa, como é observado a seguir na Figura 8 (ITO et al., 1985). O problema é que muitas vezes, pela falta de reconhecimento linguístico das línguas de sinais, esse processo de sinalização de uma língua oral poucas vezes é pensado por um viés que reconhece o fato dos sinais da língua japonesa de sinais fazerem parte de uma outra cultura com outro sistema de valores. Essa diferença de recorte tende a causar problemas para o usuário que aprende sinais da língua japonesa de sinais como se fossem codificações compatíveis com palavras do japonês.

Figura 8 — Representação de quatro sinais que correspondem à palavra “ochiru” (落ちる)²²

²¹ Vale lembrar que se trata de duas línguas de modalidades diferentes. A incompatibilidade da modalidade também gera uma incompatibilidade de empréstimos.

²² [Tradução da autora] Exemplo: Há diversos sinais para a palavra *ochiru*. Falhar (no teste); reduzir (a velocidade); mencionar (um nome); sair (a sujeira); assim, até agora, a forma de criação de sinais tem-se baseado em palavras únicas, como *ochiru*, para se referir aos diversos sentidos do vocábulo em japonês oral.

例：「落ちる」というひとつの単語にはいくつかの手話があります。



Figura: ITO et al., 1985, p. 2

O *Sign Exact Japanese* de Ito (2005), um pouco diferente do Japonês Sinalizado *pidgin*, é propriamente uma notação do japonês com propósito de ser utilizada no processo de oralização das escolas de Surdos. Uma das regras dessa sinalização é a correspondência de 1 para 1, em que mesmo palavras japonesas de múltiplos sentidos seriam traduzidas para apenas um sinal, diferente do exemplo apresentado na figura anterior. Essa correspondência é especialmente necessária porque é uma sinalização voltada para comunicação simultânea, o que supõe que as línguas possuam o mesmo tempo de execução e estrutura para que possam ser processadas mais fácil e simultaneamente, para que se encaixem. Essa, por sua vez, difere da variedade conhecida como Sinalização Intermediária²³, que seria algo entre o Japonês Sinalizado e a língua japonesa de sinais. Na Sinalização Intermediária, se organizam sinais manuais um a um, o mais próximo possível da ordem da Língua Japonesa oral, porém sem necessariamente as marcações de partícula, como ocorre no Japonês Sinalizado, e sem correspondência 1-1 com a Língua Japonesa.

O método de comunicação que tentou utilizar datilológico como uma notação do japonês oral só começou a ser utilizado nas escolas para Surdos por volta de 1968 (KANDA; FUJINO, 1996, p. 37), mas a movimentação dos clubes de língua de sinais seguia em paralelo às atividades das escolas; assim, é possível identificar na prática ao menos duas vertentes de japonês sinalizado: uma dentro das escolas, voltada à representação de fonemas do japonês, e outra dentro dos clubes, voltada à representação de elementos da linguagem escrita japonesa.

²³ Do japonês 中間手話 (*Chûkan shuwa*).

A forma que parece ser mais aceita de japonês sinalizado não é a baseada em datilológico nem a que tem paridade 1-1 com a Língua Japonesa, mas sim, a que utiliza sinais da língua japonesa de sinais com função semelhante à função do sistema de escrita *kanji*²⁴ dentro das frases em japonês escrito. Assim, quando se tem uma frase como, por exemplo, 彼の車を壊した (*Kare no kuruma wo kowashita*, “Quebrei o carro dele”), os ideogramas 彼, 車 e 壊, que estão no cerne do sentido da frase, são substituídos pelos sinais, manuais, correspondentes. Enquanto isso, as conjugações verbais e as partículas, que indicam a relação entre os elementos da frase e são representações fonéticas no sistema de escrita *kana*, são substituídos por datilológicos ou omitidos. O processo de omissão também é permitido em determinados contextos no japonês, o que pode ser um indício de que a ideia de que os sinais são como os *kanji* faz parte do processo de naturalização do japonês sinalizado. Assim como é possível escrever um texto em Língua Japonesa inteiro através da língua chinesa, por meio dos ideogramas *kanji*, como eram os primeiros textos antes da criação dos sistemas de escrita propriamente japoneses (MARTINS, 2018), seria possível “escrever” um texto japonês utilizando os sinais da língua japonesa de sinais num processo de apropriação e redução linguística.

Uma característica comum a todos os tipos de japonês sinalizado é que, neles, os sinais são em sua maioria exclusivamente manuais, uma vez que ele é frequentemente acompanhado da oralização em japonês. Comumente não há uso de *role shift* ou sinais não manuais nesse tipo de sinalização (KIMURA, 2011). Ao sinalizar pensando unicamente na gramática oral-auditiva, diversas liberdades que o uso do espaço, da posição corporal e da expressão facial proporcionam, acabam por serem suprimidas nesta forma de comunicação que dá prioridade total à estrutura linear da Língua Japonesa oral. Saitô (1999) define esse processo de “planificar” a sinalização, de utilizar a chamada de gramática linear, fazer mais uso das mãos e menos da posição corporal como um todo, como “sinalização de ouvinte”.

A sobreposição entre uma língua oral e uma língua de sinais, a produção de duas línguas ao mesmo tempo, é chamada de *code-blending* ou bilinguismo intermodal e é uma sobreposição que só é possível porque trata-se de línguas de modalidades diferentes, que não utilizam os

²⁴ Sistema de escrita em ideogramas importado da China. Justamente por ser baseado em ideogramas é comum que seja utilizado para não só esclarecer ambiguidades ente palavras homófonas como também para dar foco ao sentido, à ideia, das palavras. Flexões verbais e demais elementos gramaticais não são escritos por meio desse sistema, sendo escritos por meio de um sistema de escrita fonética japonês. É comum que expressões deixem de ser escritas em ideogramas conforme se aproximam da função gramatical.

mesmos articuladores. Esse tipo de produção pode ser tanto congruente como incongruente. No caso da produção congruente, a sinalização e a oralização estão em conformidade, em concordância, enquanto no caso do incongruente, a sinalização e a oralização expressam sentidos diferentes que somados se complementam (SOUZA; QUADROS, 2012). Essa produção dupla, porém, não ocorre sem alterações e omissões em pelo menos uma das línguas envolvidas no processo, sendo possível identificar a não flexão verbal ou ajustes prosódicos para que as articulações se acompanhem, por exemplo (QUADROS; LILLO-MARTIN; EMMOREY, 2016).

3.3 Nihon Shuwa

As fronteiras de uma língua, muitas vezes, são puramente políticas. Língua também é ideologia, e entender isso é fundamental para discutir a definição de *nihon shuwa*. Como salienta Kimura (2011), assim como a Língua Chinesa só é tida como uma língua uma por razões políticas, o mesmo vale para a *nihon shuwa* (日本手話, “sinalização japonesa”), termo que possui definições divergentes. Uma muito comum é aquela que a descreve genericamente como sendo o conjunto de todas as formas de sinalização utilizadas pela Comunidade Surda japonesa, referindo-se a ela não como uma língua (言語, *gengo*), mas uma linguagem (言葉, *kotoba*). Isso incluiria também, além de línguas de sinais naturais completamente diferentes entre si, o japonês sinalizado e outras formas de *pidgin*. Por outra de suas múltiplas definições, a chamada *nihon shuwa* pode ser dividida em três grandes grupos, sendo eles a língua japonesa de sinais, o Japonês Sinalizado e a Sinalização Intermediária (YAZAWA, 2000). Haveria ainda, dentro da Comunidade Surda, uma espécie de diglossia em que a variedade do japonês sinalizado, mais próxima ao japonês oral, seria a variedade de maior prestígio. Kimura (2011, p. 25) chama esse processo de supervalorização dessa modalidade de sinalização como “complexo do japonês sinalizado”.

A própria Federação Japonesa de Surdos durante muito tempo manteve uma definição genérica e abrangente do termo, buscando abarcar ao máximo toda a variedade de comunicações utilizadas pela Comunidade Surda. Até mesmo a forma de comunicação muitas vezes usada dentro das reuniões da própria Federação Japonesa de Surdos foi, durante uma época, o japonês sinalizado e não, segundo Kimura (2011), a pura língua japonesa de sinais. Isso se deve ao fato de que os membros da Federação advêm de uma geração acostumada com a oralização, oralizando mesmo enquanto sinalizam, por uma série de fatores externos. Um deles

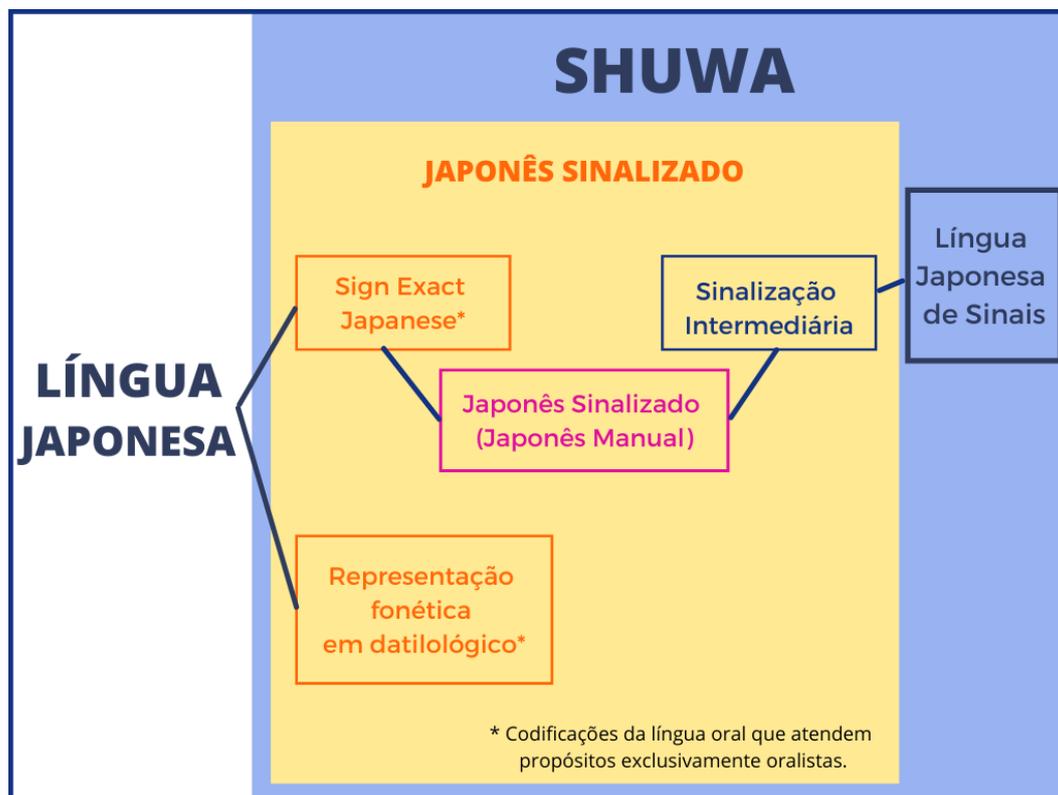
é o fato de que boa parte dos Surdos pertencentes a esse grupo utiliza o japonês como primeira língua e adquiriu a surdez depois do contato com a língua oral.

Existe uma grande quantidade de Surdos nascidos na década de 1960 que adquiriu a surdez como efeito colateral de um remédio muito utilizado na época, quando tinham idades entre 5 e 8 anos. Então, há uma grande porcentagem dessa geração de Surdos que advém das mesmas condições linguísticas e, para si mesmos, o japonês sinalizado, ou a chamada gramática linear, não era de todo um problema. Muitos desses Surdos possuíam alto grau de oralização e foi justamente por isso também que, por outro lado, conseguiram acesso aos ouvintes no poder e começaram as primeiras ondas de manifestações políticas (NAKAMURA, 2006).

Saitô (1999) traz a ideia da dicotomia “*shuwa* de ouvinte” e “*shuwa* de Surdo”, ressaltando a ideia de que ouvintes que aprendem Língua de Sinais continuam a pensar em japonês e deixam isso transparecer em forma de uma sinalização ainda dependente da língua oral e que, do outro lado da moeda, os Surdos que continuam a pensar em língua japonesa de sinais também deixam o fato transparecer quando fazem uso do japonês sinalizado. Ao contrário de Yazawa (2000), que considera a multiplicidade comunicativa de um único indivíduo conforme este se porta diante de diferentes grupos, Saitô (1999) divide as diferentes formas de sinalização entre os diferentes grupos que integram a comunidade. Segundo ele, muitos dos deficientes auditivos utilizam leitura labial e a Sinalização Intermediária ou Japonês Sinalizado, enquanto que os Surdos profundos tenderiam a se ater à língua japonesa de sinais.

Takada (2013) concebe uma visão linguística que prevê a separação entre a *shuwa* formal e informal em que o Japonês Sinalizado seria uma derivação da *shuwa* formal. Essa seria originalmente utilizada pelos Surdos em eventos, transmissões televisivas, dentre outras ocasiões que passaram a requerer o uso de uma língua padrão que pudesse ser veiculada igualmente em todo o país, o que coincidiu com a época de publicação dos primeiros guias de sinais produzidos pela Federação Japonesa de Surdos. Essa chamada linguagem formal seria o que Nakamura (2006) explicou como sendo o uso da gramática linear dentro das reuniões da JFD em virtude da falta de padronização entre as variedades da língua japonesa de sinais. Assim, ao invés da dualidade Japonês Sinalizado e língua japonesa de sinais, havia a dualidade gramática linear e gramática espacial, o que leva também à aceitação do Japonês Sinalizado como uma forma válida de sinalização dentro da comunidade, sendo todas elas *shuwa*. Na figura a seguir (Figura 9), é possível ter uma visão gráfica de como funciona o guarda-chuva do termo *shuwa*.

Figura 9 — Representação das formas de sinalização e sua proximidade com relação ao japonês oral e à língua japonesa de sinais



Fonte: Produzido pela autora.

No esquema acima, podemos observar como se organizam as diferentes classificações de sinalização em relação à Língua Japonesa e à língua japonesa de sinais e como todas elas são abarcadas pelo termo *shuwa*. Os termos em caixa alta são termos voláteis, isso quer dizer que, embora em alguns contextos apontem para um objeto específico, em outros, são utilizados como generalização. Isso acontece com o termo *shuwa*, foco deste trabalho, que pode apontar tanto para a língua japonesa de sinais como também, principalmente em contextos cotidianos, para qualquer outra sinalização apresentada no quadro. Semelhante fenômeno ocorre com o termo japonês sinalizado que se trata de uma forma específica de sinalização que utiliza morfologia de sinais e gramática oral para alguns autores²⁵, enquanto, para outros, é apenas uma forma de apontar a dicotomia língua japonesa de sinais e não-língua japonesa de sinais (japonês sinalizado). Ainda, considerando os limites elásticos e políticos do que é uma língua, tal como será discutido no capítulo 4, a forma como o termo *shuwa*, em si, não qualifica língua

²⁵ Isso é válido principalmente para aqueles que apontam a existência da subdivisão *shuwa* Intermediária, o que nem sempre acontece.

permitiu englobar todas as suas subdivisões como estando dentro de um grupo mais geral que pode ser chamado de Língua Japonesa, possibilitando, em contextos aglutinadores, a classificação como volátil até mesmo do termo Língua Japonesa.

Enquanto o Japonês Sinalizado e a Sinalização Intermediária muitas vezes aparecem englobadas no mesmo grupo de “japonês sinalizado”, as formas de sinalização que aparecem marcadas com asterisco são de uso exclusivo dentro das escolas de método oralista, não sendo levadas em conta em boa parte da bibliografia estudada, que se volta para os usos linguísticos fora da comunidade escolar. Uma vez que todas essas variantes levam o nome de *shuwa*, escolas que dizem praticar o “método de *shuwa*”, em conformidade com recomendações internacionais que reconhecem a importância do ensino em língua de sinais²⁶, acabam por adquirir liberdade para utilizar qualquer uma dessas variantes. O termo Japonês Manual²⁷, embora usado como sinônimo de japonês sinalizado, denota a ideia de que essa modalidade de *shuwa* é a própria Língua Japonesa, realizada com as mãos, e não uma sinalização apoiada na Língua Japonesa, como é o caso do termo Japonês Sinalizado, uma vez que abre espaço para a dualidade japonês oral e japonês manual (HISAMATSU, 2016). O objeto é o mesmo, o que muda é a visão de língua que os termos expressam, enquanto o termo japonês manual expressa uma perspectiva aglutinadora, que aponta a sinalização como uma forma de japonês, o termo japonês sinalizado é uma perspectiva separatista, que separa o que é língua japonesa de sinais do que é uma sinalização que não é língua japonesa de sinais, que não é pura.

Hisamatsu (2016) elenca outras nomenclaturas que poderiam ser adotadas em tradução à língua japonesa de sinais, como alternativa ao termo *shuwa* e sua ambiguidade. Entre elas a substituição do ideograma de fala da palavra *shuwa* (手話²⁸), para o ideograma de idioma, língua, originando o termo *shugo* (手語), tornando-se algo como “Língua Manual”. Por mais que se alegue a ideia de que *shuwa* é uma abreviação da palavra *shuwa gengo* (手話言語), se comparada a outras abreviações, a tendência seria abreviar mantendo o ideograma de língua/idioma (語), assim como a abreviação da palavra *porutogarugo* (ポルトガル語 “língua

²⁶ No 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos em Vancouver, em 2010, foi anulada a decisão do Congresso de Milão, 1880, de que a educação de Surdos deveria ser oral (JDF, 2020a)

²⁷ Do Japonês 手指日本語 (*Shushi Nihongo*)

²⁸ O caractere 手 significa “mão” e o caractere 話 significa “fala”.

portuguesa”) se torna *porugo* (ポル語) e *kankokugo* (韓国語 “língua coreana”) se torna *kango* (韓語)²⁹.

Maruyama (1935) reconhece a *shuwa* enquanto sendo a língua³⁰ dos Surdos e realiza a divisão entre os tipos de sinalização de forma bem parecida com a que se tem no ocidente. Ele divide as sinalizações em *shuwa* Natural, correspondendo aos sinais criados naturalmente no âmbito familiar (sinais caseiros), *shuwa* comum, correspondendo aos sinais criados através das interações entre Surdos (língua de sinais), e à *shuwa* artificial, correspondendo à sinalização criada para representar conceitos teóricos, uma língua de sinais acadêmica. Ele, no entanto, não menciona a respeito de alguma correspondência entre essa sinalização artificial e o japonês oral. Embora o termo *shuwa* já fosse usado por estudiosos enquanto termo desde a década de 1930, ele só passou a ser adotado pela Comunidade Surda, especialmente através das publicações da JFD, a partir da década de 1960, antes disso era mais comum o uso do termo *temane* (手真似 “gesto”), para se referir às sinalizações (TAKADA, 2013). É possível inferir que o termo *shuwa* passou a ser utilizado pelos estudiosos na época como termo técnico por se tratar de uma palavra originalmente chinesa e palavras de origem chinesas eram preferidas em textos formais, o que não significa que *shuwa* e *temane* fossem compreendidos como sendo objetos diferentes.

O termo *shuwa* mais do que uma abreviação, é um termo que serve a um propósito reconhecidamente político, como aponta Kimura (2011) e Nakamura (2006). Como foi possível perceber ao longo deste capítulo, trata-se de um termo que pode ser utilizado para criar uma espécie de unidade dentro dessa comunidade tão linguisticamente variada. Os limites entre algumas línguas assim como aquilo que as torna uma coisa só, é muitas vezes não linguístico, mas político.

²⁹ Existem poucas línguas cujo nome comum é escrito em caracteres *Kanji* como acontece com a *shuwa*, uma vez que a maioria dos nomes acabam sendo escritos pelo sistema *katakana* de escrita de palavras estrangeiras.

³⁰ Em seu texto embora ele não utilize o termo *shuwa gengo* (手話言語 “Língua de Sinais”), o autor confere o caráter de língua à *shuwa* e a chama de *gengo* (言語 “língua”)

4. CULTURA E SOCIEDADE

A nação é imaginada como limitada porque mesmo a maior delas, abrangendo talvez um bilhão de seres humanos vivos, tem limites finitos, embora elásticos, além dos quais se encontram outras nações. [...] Finalmente, é imaginada como uma comunidade, porque, independentemente da desigualdade e exploração que possam prevalecer em cada uma, a nação é sempre concebida como uma camaradagem profunda e horizontal. (ANDERSON, 2008, p. 7)

Nação é um agrupamento virtual que ocorre, em sua grande maioria, sob o pretexto de seguir modelos de organização, em torno de um poder central regulatório, que realizaria a manutenção da unidade entre aqueles cujas características em comum possam estar ligadas a ideias figuradas de raça, aquisição linguística, local de nascimento ou qualquer outra característica em comum que possa compreender peso que justifique a união desses indivíduos, normalmente pré-determinada pelos limites governamentais. Dessa forma, seria possível, ainda, pensar em nação como sendo um conceito facilitador da organização de um grupo que tem como intuito conciliar interesses de autoproteção, subsistência e desenvolvimento, seja ela já propriamente estatal, seja ela na busca pela criação de um estado. (ANDERSON, 2008)

Japonês: 1. Povo do Japão. Pessoa que possui nacionalidade japonesa. *Nipponjin*. 2. Antropologicamente, da família dos mongóis. Fisicamente possui altura mediana, pele amarela, cabelo preto liso, íris castanho escuro. Faz uso da Língua Japonesa. *Nipponjin*.³¹ (MATSUMURA, 2020, loc. 353678 tradução minha)
Pessoa que fala japonês cujos ancestrais, até onde for possível retroceder, moravam no arquipélago japonês.³² (*Shinmeikai kokugojiten, Sanseido apud* USHIO, M. *Nihon no seiji hôdô wa naze usohappyaku na no ka.*, 2017 tradução minha)

No Japão, como é possível ver pela definição dos dicionários, a ideia de ser japonês está intimamente ligada ao conceito de nação japonesa enquanto um grupo étnico específico de características físicas específicas. Mas essas características físicas, objetivas como uma lista de supermercado, não são suficientes, ser japonês é, para muitos, sinônimo de falar japonês. Durante meu período de intercâmbio fiz amizade com um estudante japonês que em nada parecia diferente dos demais. Ele aparentemente cumpria com todos os requisitos da lista de “ser japonês”, sobrenome em japonês, nascido no Japão, pais nascidos no Japão, cabelo, olhos e tom de pele como na descrição fala japonês como língua materna, mas ele ainda assim era

³¹ Do Japonês にほん - じん【日本人】1 日本国の国民。日本の国籍をもつ人。にっぽんじん。2 人類的分類で、モンゴロイドの一。形態的には中身長で、黄色の皮膚、黒色・直毛の毛髪をもち、虹彩は黒褐色。日本語を用いる。にっぽんじん。

³² Do Japonês さかのぼれる限りの先祖日本列島に住み、日本語を話している人

coreano. Muitas vezes excluem-se da lista de “ser japonês”, aqueles que porventura tenham cabelo, olhos ou cor de pele de outra cor, derivados da miscigenação racial, ao qual eles atribuem o termo “*Half*”³³, nesses casos não se é japonês, se é uma mera metade e se paga um preço por isso. A definição do que é ser japonês é assim como a definição de uma nação, elástica e finita.

4.1 O Japão das minorias

“O prego que se sobressair, será martelado”³⁴. O antigo ditado é utilizado à exaustão para resumir a base da sociedade japonesa: orientada ao grupo e homogênea. O Japão é um país multicultural, não apenas com relação aos povos Ainus e Okinawans, isolados nos extremos norte e sul do país. Os japoneses que vivem na ilha principal também possuem hábitos, dialetos e costumes completamente variados conforme a região (SAKURAI, 2007). As múltiplas culturas e subculturas, os grupos minoritários, todos esses vivendo sob essa ideia concebida de uniformidade. Ensina-se desde o período pré-escolar que tudo deve ser feito não por temor a uma figura regulatória central, mas porque “todos estão fazendo”, e essencialmente para não ser excluído desse “todo” (PEAK, 1989). Japoneses de origens e faixas etárias variadas me disseram a mesma coisa quando tentavam explicar o motivo de agirem com reserva e lerem a atmosfera do ambiente em nome da coexistência dentro do grupo: “Nós já somos um país pequeno, temos que nos dar bem”. É com esse tipo de atitude que as minorias culturais no Japão vivem sua multiculturalidade enquanto lidam com os rígidos padrões da sociedade, realizando essa espécie de manutenção. O que ao mesmo tempo é opressão, é tido como união e harmonia, algo valorizado como símbolo de ser japonês.

Essa centralização no grupo e busca pelo homogêneo, tende a excluir comunidades menores que fazem parte da mesma sociedade, porém não possuem o mesmo *background* que os demais. A esses indivíduos, por uma necessidade de pertencimento ao grupo maior, se adota uma perspectiva aglutinadora em que se retira o foco das diferenças na busca por uma forma de encaixe no padrão homogêneo do restante da sociedade. Para que a Comunidade Surda japonesa seja vista como membro pertencente ao grupo maior chamado sociedade japonesa, ela precisa se encaixar no molde de cidadão japonês cuja premissa é, dentre outras, falar a Língua Japonesa. Essa premissa contribuiu para a difusão de uma ideologia linguística nacionalista que ainda

³³ Em português, “metade”.

³⁴ Do japonês, 出る釘は打たれる。 (*Deru kugi ha utareru*).

hoje aglutina a língua japonesa de sinais e a Língua Japonesa como sendo uma só, independentemente de suas características linguísticas. Parece muito difícil conceber a ideia de que um japonês nascido e criado no Japão tenha outra língua materna que não o japonês, por isso, a Comunidade Surda, mais precisamente a Federação Japonesa de Surdos, tentou durante muito tempo afirmar que a língua japonesa de sinais era o japonês, mesmo que para isso tivesse que renunciar ao seu status linguístico. Muito mais do que uma composição linguística ou de grupo, um termo que não definisse o status linguístico da sinalização era mais do que uma escolha, era uma necessidade.

O uso do termo *shuwa*, nesse caso, se tornou uma forma de encobrir o uso da língua de sinais e tornar ela uma forma de japonês equivalente, de aproximar língua oral e língua de sinais. Esse posicionamento que foi acompanhado do uso em público de uma sinalização cuja estrutura se aproximava da linearidade do japonês oral, não só conseguiu garantir aos Surdos o uso de sinalização dentro das escolas, como atuou na aproximação entre os Surdos e os ouvintes que porventura se assustassem com o estudo da gramática visual-espacial (NAKAMURA, 2006, p. 181). Dessa forma, assim como os limites de uma nação são imaginados elásticos, como aponta Anderson (2008), os de língua também e, o que é suficiente para considerar a “Língua de Okinawa” como sendo o “dialeto de Okinawa”, é suficiente para considerar a *shuwa* como sendo Língua Japonesa, ainda mais quando o que se tem em mente nesses casos é o Japonês Sinalizado, ou japonês manual. Pelo fato da “língua de Okinawa” também ser de modalidade oral-auditiva, ela recebe o nome de dialeto, o que acaba não acontecendo com a *shuwa*, que é tida como uma representação e não uma variação do japonês padrão.

Na década de 1980, em resposta ao artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que garante que minorias linguísticas tenham direito ao uso de sua própria língua e exercício de sua própria cultura, o governo japonês declarava oficialmente a suposta inexistência de minorias linguísticas no Japão (ONU, 1981, p. 2). A ascensão tardia do viés linguístico para as lutas da Comunidade Surda japonesa se deveu, em larga escala, a esse tipo de cenário em que, mais do que ignorar, ativamente se negava a existência de minorias linguísticas e culturais. Se reconhecer enquanto uma minoria linguística é se entregar à um regime de exclusão daquilo que é considerado o centro dessa sociedade: o grupo. Assim, por mais que as ideias de sujeito Surdo enquanto identidade passassem a existir no Japão desde a década de 1990 (NAKAMURA, 2006), esses ideais dificilmente eram levados adiante pela maior parte da comunidade que precisava negociar seus direitos e sua própria identidade com um governo fechado e excludente.

4.2 Cultura Surda

O sujeito Surdo é um indivíduo cuja língua materna é a língua de sinais de sua comunidade, sendo essa não necessariamente a língua que adquiriu primeiro, mas aquela pela qual nutre maior afetividade (SAITÔ 2007). Língua e cultura são dois elementos conectados, e o fato de os Surdos possuírem uma língua diferente implica diretamente no fato de que possuam também uma cultura diferente da dos ouvintes. Assim se forma uma Comunidade Surda, que é composta não necessariamente por indivíduos deficientes auditivos, mas por aqueles que constroem seu cotidiano em torno de uma língua visual-espacial, uma língua de sinais. Trata-se, portanto, de uma comunidade linguística minoritária que não é composta por pessoas da mesma etnia, da mesma religião ou da mesma origem familiar, sendo comunidades que surgem especialmente ao redor das escolas de Surdos, onde tipicamente esses se reúnem e aprendem sua primeira língua naturalmente, através da interação com outros Surdos (SAITÔ 2007; YONAIYAMA, 1999).

Para entender o conceito de Cultura Surda, é necessário entender também a dicotomia entre o modelo médico e o modelo socioantropológico de surdez. Segundo o modelo médico, a surdez é medida em decibéis, sendo considerada como uma deficiência que deve ser tratada e corrigida. Já o modelo socioantropológico de surdez fala, não sobre uma característica física do indivíduo, mas sobre sua herança cultural e como ele se identifica no mundo (SASSAKI, 2005). Para diferenciar o termo médico do termo cultural, atualmente, é comum que se utilize o termo Surdo, com letra maiúscula, para identificar o sujeito pelo modelo socioantropológico, o que significa que se trata de um indivíduo que pertence à Comunidade Surda e tem como primeira língua a língua de sinais de seu país, diferente do termo surdo, com letra minúscula, que indica um sujeito deficiente auditivo. Atualmente a OMS reconhece o termo *Deaf* (“Surdo”) como sendo utilizado para se referir a pessoas com perda auditiva profunda e que geralmente utilizam línguas de sinais como forma de comunicação (WHO, 2021).

O conceito de Cultura Surda é relativamente novo, derivado especialmente dos movimentos da Comunidade Surda e dos pesquisadores dos Estados Unidos, conforme os estudos linguísticos sobre línguas de sinais começam a ganhar forma na década de 1960. Em 1965, a Comunidade Surda já é identificada e descrita por Croneberg enquanto comunidade linguística e grupo minoritário, apontando a existência daqueles que são os falantes nativos das línguas de sinais (STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1965, p. 298). No Japão, entretanto, o conceito de Cultura Surda (ろう文化 “*Rô Bunka*”) adentra a comunidade apenas

em 1996 com a publicação do livro *Rô Bunka* (YAMASHITA, 2012), impulsionada pelo movimento japonês chamado D-PRO, sobre o qual será explicado no subcapítulo seguinte.

Para Suemori (2000), existe no Japão uma certa dificuldade de conceber o conceito de Cultura Surda aos moldes ocidentais, devido à influência, ou pressão, que a comunidade ouvinte exerce sobre a Comunidade Surda. Através das palavras de Suemori é perceptível a política da boa vizinhança japonesa, em que a comunidade toma um posicionamento que evita confronto direto com a unidade do grupo ouvinte japonês. Segundo o autor, seria um fator de estratégia utilizar o termo Subcultura Surda (ろう亜文化 “*Rô A Bunka*”) em detrimento de Cultura Surda. A ideia é de que não é possível separar essa definição de cultura das condições políticas às quais o movimento está atrelado e o fato é que os grupos de Surdos japoneses são comumente parte integrante dos governos regionais, tendo de negociar sua identidade dentro dessas condições. Ser absorvida pela sociedade enquanto subcultura foi a forma que os Surdos encontraram de manter sua hereditariedade e multiculturalidade, evitando conflitos de origem identitária, enquanto seguiam com a luta por direitos básicos que tomavam prioridade na agenda do grupo.

4.3 Organização da Sociedade Surda Japonesa

A Sociedade Surda Japonesa é dividida, na prática, em dois grupos bem definidos que, em sua origem, demonstrarão duas visões de língua e de cultura surda que poderiam ser classificadas, a princípio, como opostas. Esses dois polos são o D-PRO e a, anteriormente mencionada, Federação Japonesa de Surdos. De um lado, pelo D-PRO, se tem uma visão ocidentalizada que é pautada nos moldes estadunidenses de língua e de cultura surda, que defende a existência de uma língua japonesa de sinais pura e que pertence exclusivamente a um grupo restrito de Surdos. Essa, difere das formas de sinalizações que possuem qualquer tipo de influência do japonês oral que venham a misturar leitura labial ou datilológicos. Do outro lado, pela JFD, fortemente relacionada aos governos locais, se tem uma visão mais oriental que prioriza a ideia tipicamente japonesa de pseudo-homogeneidade, marcada por uma visão mais ampla de língua e de cultura surda, reflexo, principalmente, de uma ideia nacionalista de Japão (NAKAMURA, 2006). Essas duas visões de língua pautam o cenário da *shuwa* e suas múltiplas definições, mencionadas no capítulo anterior.

A Federação Japonesa de Surdos é atrelada ao governo japonês desde maio de 1950 (JFD, s.d.). Embora a JFD se declare financeiramente independente em muitos aspectos, ela ainda está vinculada ao governo e recebe fundos para realização de projetos específicos. Um

desses projetos é a publicação anual chamada *New Signs*, uma espécie de glossário com ilustrações de novos sinais criados naquele ano correspondendo, na maioria das vezes, a palavras japonesas que estiveram em evidência na mídia e ainda não possuíam sinal correspondente. Esses sinais criados pela JFD são pensados e discutidos individualmente, o que significa que para cada sinal criado existe por trás um raciocínio completamente diferente, dificultando a tarefa de prever seus significados (NAKAMURA, 2006). Se por um lado, a publicação atua como uma importante forma de padronização de sinais ao redor de todo o território do país, por outro, atua também em favor de uma visão de língua. Isso porque, pelo fato de a JFD criar sinais que diretamente traduzem a Língua Japonesa, modalidades de japonês sinalizado encontram, nessas publicações, o respaldo necessário para sua manutenção. Essa correspondência “perfeita” de vocábulos reforça a ideia de que a *shuwa* é uma versão sinalizada da Língua Japonesa, contribuindo para uma visão nacionalista de língua homogênea.

A Federação Japonesa de Surdos é responsável pela organização de boa parte das questões relacionadas ao treinamento e licenciamento de intérpretes. A forma como o governo tentou atrelar o poder linguístico na mão de um grupo específico, a JFD, atribuindo o dever de produção de sinais, bem como a da organização de intérpretes, também teria o propósito de aproximar a *shuwa* o tanto quanto possível da Língua Japonesa. Dessa forma, a JFD por si própria pode exigir de seus intérpretes o domínio dos sinais que ela mesmo cria e que se aproximam da Língua Japonesa. A demanda governamental por uma língua de sinais que estivesse em pé de igualdade, ou melhor, fosse a versão sinalizada da Língua Japonesa, justificativa apresentada para a existência do projeto *New Signs* (NAKAMURA, 2006), também manteve a JFD longe das lutas linguísticas, justamente devido a sua posição atrelada ao governo. Entretanto, com o movimento de reconhecimento das línguas de sinais ao redor do mundo, a JFD passa a utilizar esse reconhecimento no exterior como ponto de partida para começar com o projeto Lei de Língua de Sinais no Japão (JFD, 2010).

Durante muitos anos, a Federação optou por realizar suas atividades voltando-se para a busca de direitos de cidadania para os Surdos, que durante muito tempo foram proibidos de dirigir ou exercer determinadas profissões por mais que possuíssem a devida formação para tal. Vinte anos se passaram desde que Suemori (2000) afirmou que não existia uma Cultura Surda Japonesa, tal como existia uma Cultura Surda Estadunidense. Na época, a Federação Japonesa de Surdos mantinha suas atividades voltadas para o âmbito da saúde e bem-estar social, enquanto o movimento D-PRO se voltava para o âmbito cultural. Por isso, mais do que uma simples divisão da sociedade surda em dois, havia uma espécie de divisão de papéis entre as duas organizações. O que funcionava muito bem, uma vez que, por mais que o D-PRO fosse

criticado como sendo um grupo extremista, sendo ele uma instituição completamente externa ao governo, poderia criticá-lo mais abertamente tirando máximo proveito dessa posição. Quando a JFD se voltou para um confronto mais direto, no caso dos protestos contra leis que impediam os Surdos de exercer determinadas profissões, ela criou um grupo unicamente para esse propósito que era, no papel, apoiado pela Federação, tudo para evitar o confronto aberto com as autoridades. (NAKAMURA, 2006, p. 126)

Recentemente, porém, conforme a JFD começou a fazer parte da movimentação para o reconhecimento da língua japonesa de sinais, pode-se dizer que essa divisão ficou menos evidente do que era, mas não inexistente, e isso pode ser visto através da forma com a qual a JFD abordou a questão do reconhecimento da língua japonesa de sinais como fazendo parte de uma política de saúde e bem-estar social muito mais do que uma questão linguística e cultural, como será dissertado a seguir no capítulo a respeito das leis de língua de sinais. Por fim, as negociações da Comunidade Surda seguem internamente com condições muito semelhantes às de vinte anos atrás, o que se alterou foram especialmente as condições da comunidade externa internacional, que tem força para impactar as decisões governamentais e que podem ser consideradas como uma nova esperança para grupos como o D-PRO.

5 ACESSIBILIDADE

Segundo a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada pelo Japão em 2007 e ratificada apenas em 2014:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona 34 urbana como na rural. (ONU, 2014.)

Embora existam atualmente diversas formas de igualar as oportunidades de acesso à informação e comunicação para deficientes auditivos, não condiz à temática do trabalho senão a acessibilidade por meio de uma língua de sinais, ou de *shuwa*. Durante muito tempo, a acessibilidade no Japão estava nas mãos comunitárias, através de trabalhos voluntários. No caso da interpretação em *shuwa*, a maioria é originária de clubes de estudo. Apenas ao fim da década de 1980 se estabelece uma prova de certificação de intérpretes, o que significa que durante muito tempo a interpretação foi feita por pessoas sem nenhum tipo de qualificação ou comprovação de um nível mínimo de conhecimento da língua japonesa de sinais (JFD, s.d.). Nesse cenário, pretendo trazer informações acerca de como se deu a construção desses clubes, assim como as primeiras formas de visibilidade que a *shuwa* recebeu através da mídia, peça importante para a promoção linguística e de acessibilidade.

5.1 A Construção Dos Clubes e a Difusão Do Japonês Sinalizado

Uma das razões para que o termo língua japonesa de sinais, bem como seu próprio status linguístico, não seja tão esclarecido publicamente é a difusão do uso do próprio Japonês Sinalizado, não só fora como também dentro da Comunidade Surda. Não existem pesquisas que tracem a origem exata do Japonês Sinalizado, porém, sabe-se que ele se espalhou pela mão dos ouvintes que aprenderam *shuwa* como segunda língua, especialmente de intérpretes originados dos clubes de *shuwa* e professores das escolas de Surdos, embora não fosse de seu uso exclusivo. Isso porque quem ensinou os primeiros ouvintes nos clubes e cursos de língua de sinais eram Surdos oralizados que já possuíam a prática de utilizar uma gramática mais linear e até mesmo de oralizar enquanto sinalizavam (KIMURA, 2011, p. 17). Entretanto, conforme a *shuwa* começou a ganhar popularidade, não só por causa da criação da JFD, como também pelo chamado *Boom de Shuwa*, em que mais ouvintes passaram a aprender *shuwa* começando o

processo mais intenso de aproximação entre língua japonesa de sinais e Língua Japonesa. (KANDA; FUJINO, 1996)

Em 1963, o primeiro clube de língua de sinais, chamado *Mimizuku*, foi criado por enfermeiras de um hospital da região de Quioto, motivadas pela internação de um paciente Surdo. Conta-se que, na época, muitos jovens vindos da China e do sul do Japão se mudaram para as metrópoles da região central do país e acabaram se sentindo deslocados, tornando-se alvos de piadas ao usar seus próprios dialetos. Uma dessas pessoas era a enfermeira Chiyomi Nakajima, com a internação de um professor Surdo chamado Hajime Nishida, a enfermeira percebeu nele as mesmas dificuldades de comunicação que ela possuía e, através dele, teve seu primeiro contato com a *shuwa*. Foi então que essa enfermeira resolveu unir forças com os Surdos e criar um grupo para ensinar língua de sinais para jovens como ela. Assim nasceu em Setembro de 1963, na cidade de Quioto, o clube que tinha por objetivo “fazer amizade com os Surdos e unir forças na criação de uma sociedade melhor para se viver³⁵” (TAKADA, 2013, p. 45, tradução minha).

O grupo *Mimizuku*, que começou com cerca de 20 integrantes, entre enfermeiras e estudantes, mais de 50 anos depois, em 2019, passava a marca de 300 inscritos (NISHIDA, 2019). Assim, é possível afirmar que mais do que por motivos de acessibilidade de um grupo específico, os clubes começaram por cooperatividade em busca de uma sociedade menos excludente. Uma vez que não existe uma forma de registro oficial para essas unidades de estudo, é difícil precisar a quantidade de clubes que existem atualmente, embora estime-se que sejam mais de 1800 espalhados ao longo de todo o território (OGURA, 2017). Com essa quantidade massiva de estudantes é inegável que esses grupos possuam um papel significativo na promoção da *shuwa* assim como na promoção de uma visão de língua a respeito dela, que por vezes acaba partindo de pressupostos culturais aglutinadores devido à falta de uma reflexão mais profunda acerca do que é a língua japonesa de sinais e do que é a Cultura Surda Japonesa.

Três anos depois da criação do clube, em 1966, jovens Surdos vindos de todo país se reuniram na cidade de Quioto, no primeiro Fórum Nacional de Pesquisa de Jovens Surdos³⁶, com objetivo de chamar atenção para os problemas discriminatórios que a comunidade sofria. Na ocasião, o clube *Mimizuku* participou ativamente na organização do evento e atuou realizando o trabalho de interpretação. Os Surdos vindos de outras regiões ficaram surpresos ao

³⁵ Do japonês “手話を学び、ろう者の友となり、ともに力を合わせて、住みよい社会を築こう。”

³⁶ Do japonês 全国ろうあ青年研究討論会 (*Zenkoku rôa seinen kenkyû tôronkai*)

se deparar com um espaço em que não se sabia quem era Surdo e quem era ouvinte e esses mesmos Surdos levaram de volta às suas cidades a ideia dos clubes que, a partir daquele momento, se espalharam por todo o país (TAKADA, 2013). É também nessa época que ocorre o primeiro *Boom* de *Shuwa*, período de grande popularidade no estudo de *shuwa* por ouvintes. Ela se tornou objeto de desejo daqueles que a viam como algo exótico e interessante, era um conhecimento que poucos podiam ter nas mãos, carregando um elevado *status* de exclusividade (SHIBUYA, 1998).

Em 1968, acontece a primeira reunião de intérpretes amadores, na província de Fukushima, no 17º Encontro Nacional de Surdos e em julho do mesmo ano aconteceu o primeiro discurso de campanha eleitoral com interpretação em *shuwa* (TAKADA, 2013). No ano seguinte, a Federação Japonesa de Surdos publicou o primeiro volume do *Watashitachi no shuwa* (わたしたちの手話 “Nossa *shuwa*”), com objetivo de torná-lo um guia para os clubes que se multiplicavam e, também, contribuir para a criação de uma língua padrão (YONEKAWA, 2002). Porém, havia um problema, esses materiais não eram livros didáticos, mas glossários, o que significa que aqueles que estudavam por esses livros ainda não tinham acesso a um elemento principal no estudo de uma nova língua: a gramática. Isso contribuiu, por outro lado, para difundir a ideia de que a *shuwa* não possuía uma gramática própria e independente da Língua Japonesa. Assim, o Japonês Sinalizado começou não apenas dentro das escolas de Surdos com o sistema de comunicação total³⁷, como também através desses ouvintes que aprenderam a *shuwa* de forma autônoma ou com ajuda de Surdos oralizados. Ainda hoje o processo de ensinar uma sinalização que se aproxima do japonês oral, tendo por objetivo facilitar o aprendizado dos ouvintes, é perceptível dentro dos clubes.

5.2 A Profissão do Intérprete

Longe dos clubes, durante muitos anos a língua japonesa de sinais foi repudiada dentro das salas de aula, que enfocavam na leitura labial e reprodução de fonemas do japonês oral. A partir dessas práticas que se criou ao redor da sinalização uma espécie de tabu, um preconceito que muitas vezes impedia os Surdos de utilizarem sua própria língua publicamente. A profissão

³⁷ O sistema de comunicação total é um método de ensino que, em contraste com o método oralista, admite o uso de sinalização enquanto ferramenta, junto com outras tecnologias, durante as aulas nas escolas de Surdos. Entretanto, o objetivo da sinalização utilizada é tornar mais fácil o acesso à língua oral de forma a contribuir para o processo de oralização. Está associado a esse método a chamada comunicação simultânea que propõe que o falante sinalize ao mesmo tempo que oraliza, método que causa uma série de problemas comunicacionais como será discutido a seguir. (CAPOVILA, 2011)

do intérprete acabava tendo o mesmo destino de apagamento que a própria língua de sinais e somada à uma educação pública voltada para o oralismo, na maioria das vezes, se eximia a necessidade de um intérprete. Havia no Japão, porém, uma contradição muito grande acerca do emprego deles, isso porque segundo a Lei para Assistência Social das Pessoas com Deficiência Física, lei 283 de 1949, ter acesso a um serviço de intérpretes é um direito dos deficientes auditivos japoneses (JAPÃO, 1949). Porém, naquele período, não existia nenhum tipo de treinamento profissional ou intérpretes que atuassem nos espaços cotidianos, embora fosse garantia legal a interpretação em discursos no meio jurídico (TAKADA; ANDÔ, 1979). Apesar da lei mencionar o serviço de interpretação, ela não traz nenhuma informação clara a respeito de como se exerce esse direito, muito menos a respeito de quem pode e quem deve fornecer esse serviço.

Embora em 1968 tenha ocorrido a primeira reunião nacional de intérpretes amadores, apenas a partir de 1970 começa a acontecer treinamento de funcionários em *shuwa*, sete anos depois do começo da atividade dos clubes, por meio de um projeto de assistência do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social aos governos locais, projeto que foi chamado de *shuwa Hôshi-in yôsei jigyô* (手話奉仕員養成事業) (TAKADA, 2013). É nesse ano que é aprovada a Lei Básica das Pessoas com Deficiência que garante, no parágrafo 3 do Artigo 3, que todas as pessoas com deficiência possam, na medida do possível, escolher seu próprio meio de comunicação e língua, incluindo *shuwa* (JAPÃO, 1970). Em 1973, é estabelecido o projeto de interpretação em *shuwa* e, em 1976, começa a alocação de intérpretes por meio de políticas de governos locais e, especialmente com ajuda das associações de deficientes auditivos de Quioto, Osaka e Tóquio, se estabelece centros de aconselhamento e alocação de intérpretes (*Japan National Center of Sign Language Education*, s.d.).

Em 1989, acontece a primeira edição da Exame de Interpretação Profissional de Sinais (手話通訳士試験, *Shuwa Tsûyakushi Shiken*), originada da movimentação da JFD que, em 1985, apresenta ao Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social um relatório acerca da situação dos serviços de interpretação. A movimentação se intensifica após não ser permitido a um candidato político Surdo ter seu discurso de campanha interpretado em 1986. Em maio de 1988, é apresentado ao mesmo ministério um relatório de pesquisa sobre a padronização de exames de certificação de intérpretes o que foi finalmente respondido com o começo da prova de certificação que acontece de forma anual até hoje (JFD, s.d). Como foi discutido anteriormente, o primeiro clube de língua de sinais, *Mimizuku*, passa a existir em 1963 por meio de uma iniciativa pessoal de um pequeno grupo de interessados que espalhou a ideia pelo

território japonês. Os intérpretes foram durante muito tempo, portanto, mãos voluntárias amadoras que participavam do movimento dos Surdos. Assim como Nakamura (2006) salienta, ainda hoje os intérpretes são vistos muito mais como parte integrante do movimento, das associações, do que prestadores de um serviço linguístico.

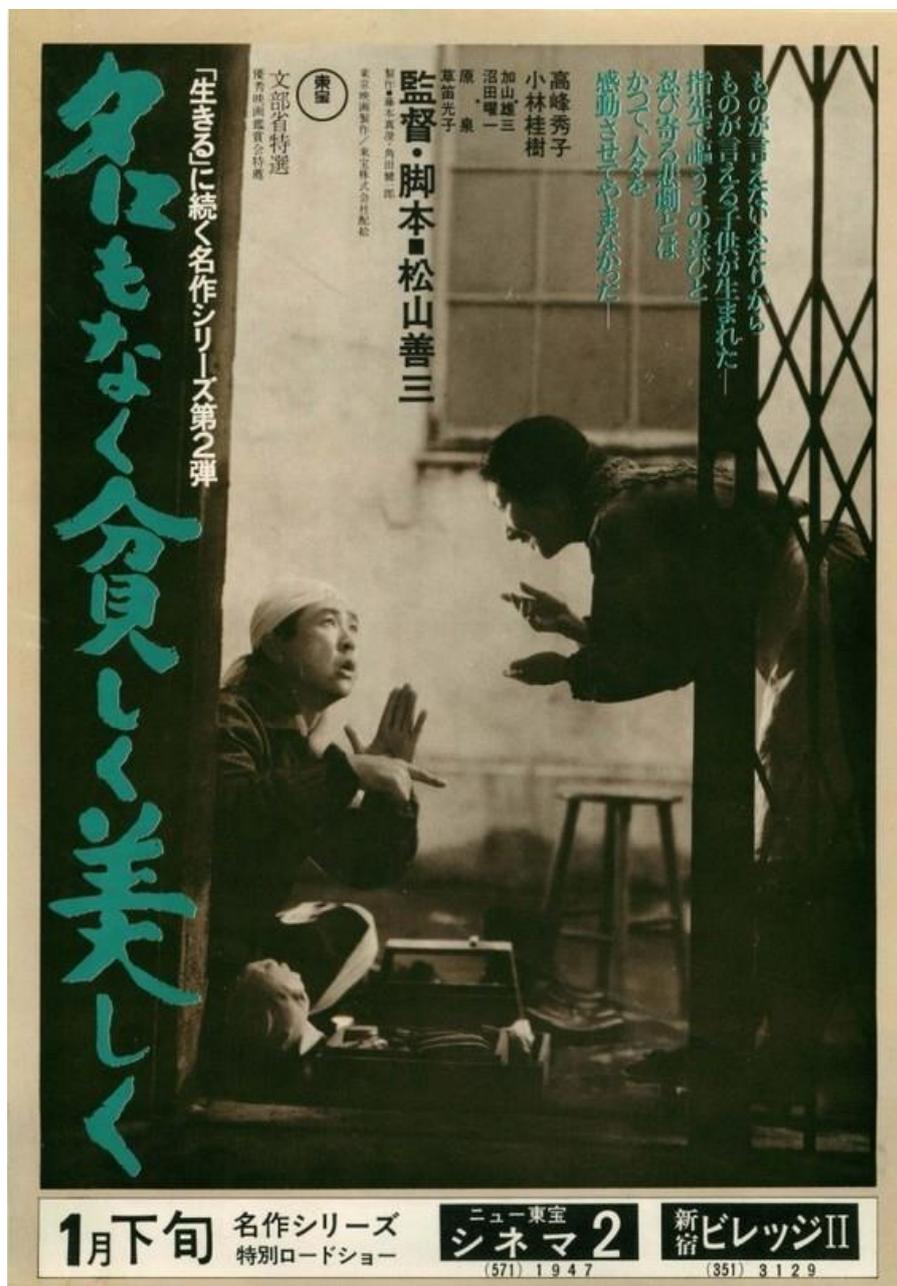
5.3 Visibilidade na Mídia Audiovisual

Em 1961, o filme intitulado *Na mo naku Mazushiku Utsukushiku* (名もなく貧しく美しく), cuja tradução para o inglês é *Happiness of Us Alone*, foi, senão o primeiro, o mais famoso filme japonês a retratar uma história de protagonistas Surdos na época. O filme, dirigido por Tamai Masao, conta a história de um casal de Surdos no cenário do pós-guerra interpretado por atores ouvintes consagrados da época, Hideko Takamine e Keiju Kobayashi. As interações entre as duas personagens eram em *shuwa* com legenda em japonês na lateral da tela. Em obras voltadas ao grande público, como nesse caso, a maioria das falas são acompanhadas de oralização, o que acaba auxiliando na difusão da ideia de que a sinalização está sendo apoiada pela língua oral. No caso desse filme em específico, apesar da protagonista Surda realizar essa prática, o protagonista Surdo não o faz, recorrendo sempre à linguagem escrita ou gestos quando necessita se comunicar com alguém que não entende sua sinalização. Assim, de alguma forma, a obra mostrava não só a diversidade comunicativa dentro dessa comunidade como a diferença entre a comunicação por gestos, comunicação sinalizada acompanhada de oralização e a comunicação por língua de sinais. Segundo Shibuya (1998, p. 31), a *shuwa* era utilizada, especialmente nesse caso, como uma forma de marcar o sujeito Surdo, de atestar a identidade das personagens.

A obra acaba sendo um registro interessante do ponto de vista histórico por mostrar dentre outros aspectos do cotidiano dos Surdos, as profissões que lhes era permitido exercer na época, questões que durante muito tempo fizeram parte da agenda da JDF voltada para cidadania dos Surdos. Shibuya (1998, p. 31) atesta que esse tipo de narrativa mostra a visão de deficiência classificada como “não prático, mas não infeliz”, que difere da visão de deficiência enquanto tragédia, amplamente explorada pela mídia. Com essa visão, a *shuwa* também aparece dentro desse cenário como uma forma de comunicação de múltiplas possibilidades, com cenas que representam o uso da sinalização em ocasiões que a comunicação via língua oral não aconteceria com a mesma facilidade, como diálogos que acontecem entre dois vagões de trem ou através das margens de um rio movimentado. O filme mostra, ainda, como uma criança

CODA³⁸, filha do casal de protagonistas da narrativa, aprende a língua dos pais e a utiliza de forma natural. É possível observar através da figura a seguir (Figura 10), utilizada na divulgação da obra, como a *shuwa* ocupa um papel de destaque nessa narrativa específica.

Figura 10 — Propaganda impressa do filme *Happiness of Us Alone*, década de 1960



Fonte: TÔHÔ, s.d.

A *shuwa* possui, atualmente, um pequeno espaço na mídia de massa, mais especificamente em dois tipos de programas: os educacionais e os noticiários. Quanto aos

³⁸ Do inglês, *Children of Deaf Adults* “criança filha de pais Surdos”.

noticiários, o programa *Shuwa News* (Figura 11), da emissora nacional NHK, é um dos mais famosos, sendo um apanhado com as principais notícias do dia ou da semana. Apenas no canal E-tv da NHK, existem 4 programas de notícias em shuwa, as emissoras NNN, ANN, JNN, STV, KBSTokyo e *Aomori Hôsô* também possuem ao menos um programa de notícias com interpretação em *shuwa* sendo ela, em alguns casos, simultânea no programa ao vivo, como o programa NNN News Sunday (Figura 12). O primeiro programa com interpretação em *shuwa* foi ao ar em 1974 no canal *ShizuokaTv* da emissora SBS com o título *Waidoin Shizuoka* (ワイドインしずおか) (TANI, 1996). No caso da NHK, os programas diários têm duração de 5 minutos e o programa com as notícias da semana tem duração de 15 minutos e, ao contrário do que acontece com a maioria das demais transmissões, quem sinaliza é o próprio apresentador, ao invés de atuar com janela de interpretação (Figura 12). (NHK, 2020)

Figura 11 — Programa NHK *Shuwa News* (referente ao programa de 15 Abr. 2021) com apresentação em sinais e legenda na lateral da tela.



Fonte: (NHK, 2021)

Figura 12 — NNN News Sunday 28 Maio 2017.



Fonte: (NNN,2017)

Apesar da existência desses programas, eles, na verdade, são vistos muito mais por ouvintes do que pelos próprios Surdos, que teoricamente seriam o público-alvo das transmissões. Uma vez que, além de acontecerem em *shuwa*, são transmitidos com legendas e sobreposição da voz de intérpretes em Língua Japonesa, esses programas acabam se tornando uma fonte de estudo, especialmente para novos intérpretes de *nihon shuwa* adquirirem vocabulário e para intérpretes experientes realizarem a atualização de seu repertório. Como ressalta Nakamura (2006), uma vez que os sinais criados pela JFD são selecionados a partir de palavras que se tornaram correntes na mídia, os programas de notícias acabam tendo que lidar com a dificuldade de tradução desses termos antes que eles sejam definidos pela Federação, criando os próprios sinais como recurso, uma vez que o tempo de transmissão é curto e realizar o datilológico para cada um dos termos sem correspondente se torna impraticável. O que acontece é que esses sinais se espalham por entre os intérpretes que os utilizarão em sua interpretação acreditando que se trata de sinais correntes dentro da própria Comunidade Surda Japonesa, mesmo que na verdade a maioria não assista a esses programas.

Dentro do grupo dos programas educacionais, o mais conhecido e tradicional é o chamado *Minna no Shuwa* (みんなの手話, “A *shuwa* de todos”) que, transmitido desde a década de 1990 no canal E-Tv da emissora NHK, ensina sinais ou frases básicas em *nihon shuwa* e é voltado especialmente a ouvintes que estão começando a aprender sobre a comunidade. Esse

programa, também, traz reportagens e entrevistas com Surdos que apresentam sobre seu cotidiano, especialmente no ambiente de trabalho, bem como exibe apresentações culturais como poesias e esquetes teatrais. O programa, ainda na década de 1990, era apresentado exclusivamente por ouvintes (Figura 13) com participações especiais de convidados Surdos (NHK, s.d.), ano após ano, porém, o formato foi se alterando, passando a ser apresentado por dois professores Surdos e um ouvinte, ocupando um papel de aluno, apresentando em comunicação simultânea. Até esse período pouco se fala acerca da parte linguística da *shuwa*. A partir de 2018, o programa foi remodelado e esse mesmo apresentador abandonou a comunicação simultânea, passando a apresentar apenas em Língua Japonesa e, em seguida, traduzindo suas falas para língua japonesa de sinais nos momentos em que se dirige aos dois novos professores, que passaram a substituir os apresentadores do formato anterior. (TANEMI, 2018)

Figura 13 — Primeira versão do programa *Minna no Shuwa*, 1990, com maioria de apresentadores ouvintes e comunicação simultânea.



Fonte: (NHK, s.d.)

Esse programa não cumpre um papel fundamental na manutenção de uma variedade padrão da língua japonesa de sinais, por ser destinado a estudantes iniciantes e tratar de temas muito básicos, não interferindo no trabalho da JDF como ocorre com os programas de notícias. No entanto, ele faz parte da divulgação de uma visão específica de língua que foi se alterando ao longo dos anos como reflexo das mudanças sociais do período. Com o novo formato que dispensa a comunicação simultânea e atenta para aspectos gramaticais da língua japonesa de

sinais, fica claro que a definição utilizada dentro do programa é tão importante e política quanto a de outros materiais de divulgação e ensino de *nihon shuwa*. Essa nova fase do programa, que visivelmente atenta para o reconhecimento linguístico da língua japonesa de sinais, coincide com as mudanças de abordagem e posicionamento da JFD que passou a ser mais categórica com relação à *shuwa*. Essa mudança é manifestada especialmente a partir de 2016-17, nas terminologias utilizadas dentro dos modelos da Lei de Língua Japonesa de Sinais e nos materiais de divulgação desse movimento publicados pela JFD, como será discutido no capítulo a seguir.

6. A LEI DE LÍNGUA JAPONESA DE SINAIS: *SHUWA GENGO HÔ*

No Japão, a Língua Japonesa reina soberana, não há ainda uma lei nacional que reconheça e regule o uso da língua japonesa de sinais muito menos que a nomeie como uma língua de uso oficial do Estado. Nada menos que o esperado para um país que até muito recentemente negava a existência de minorias linguísticas dentro do próprio território. O reconhecimento legal da *shuwa* enquanto língua está sendo um processo local ainda em andamento no qual, uma a uma, as cidades e províncias foram aceitando o petição para a chamada Lei de Língua de Sinais (手話言語法, “*Shuwa Gengo Hô*”) e em seguida foram criando as próprias regulamentações locais. A JFD tem uma rede de organização complexa e maleável, e seus membros são formados por membros integrantes de outras pequenas associações locais. A maioria dessas organizações são inteiramente dependentes dos governos locais, tendo sua sede localizada dentro dos prédios das prefeituras, e apenas algumas possuem certa independência financeira, podendo alugar o próprio espaço. Sendo assim, essas que poderiam ser tidas, não oficialmente, como unidades locais da JFD, possuem também diferentes capacidades de negociação. (NAKAMURA, 2006)

Em novembro de 2010, com apoio da *Nippon Foundation*, a Federação Japonesa de Surdos começa a se reunir para buscar o reconhecimento legal da língua japonesa de sinais enquanto língua independente e principal forma de comunicação da Comunidade Surda Japonesa (JFD, 2010). Isso fez com que a JFD lentamente passasse a ser mais categórica do que estava sendo até então, adotando o nome mais específico de *shuwa gengo* (手話言語), enfim agregando ao termo em japonês a palavra *gengo* (言語, “língua”), essa mudança é evidenciada em publicações como a revista *Shuwa de Go!2* (JFD, 2016) que passou a ser publicada como *Shuwa Gengo de Go!3* (JFD, 2020b). A decisão do movimento foi impulsionada especialmente pelo Congresso Internacional de Educação de Surdos em Vancouver (2010), que revogou a decisão do Congresso de Milão (1880) de que a educação de Surdos deveria ser oral, reafirmando a importância das línguas de sinais para a educação dos Surdos pelo mundo. Na primeira fase do processo, foram realizadas pesquisas bibliográficas junto a países que já possuíam leis de Língua de Sinais, ao mesmo tempo em que a JFD realizava pesquisas de campo para identificar os problemas discriminatórios que a Comunidade Surda Japonesa sofria com relação à sua língua. Foram, através dessas pesquisas, elencados os chamados “5 direitos da Língua de Sinais”, são eles:

1. Adquirir a Língua de Sinais;
2. Aprender em Língua de Sinais;
3. Aprender sobre a Língua de Sinais;
4. Usar a Língua de Sinais;
5. Proteger a Língua de Sinais; (JFD, 2016b, p.16)

A primeira localidade a efetivar uma lei local de *shuwa* foi a província de Tottori em outubro de 2013. Em 2016, a primeira fase do projeto, de recebimento das petições pelos governos locais, foi concluída com a aceitação pela última província, Tochigi (JFD, 2016a). Essa mudança marcou o início de uma nova fase da comunidade, em que as ideias do D-PRO e JFD passam a se aproximar conforme a Federação lentamente se volta às questões culturais, embora ainda por meio de uma abordagem mais cautelosa que a do D-PRO. Essa aproximação começou desde os anos 2000 com a troca de diretoria da JFD por um diretor Doutor em linguística de sinais, em Língua Americana de Sinais e em língua japonesa de sinais, Osugi Yutaka. (NAKAMURA, 2006) Uma vez que as mudanças legais do estatuto linguístico da língua japonesa de sinais são recentes, ainda pouco se sabe acerca de sua influência dentro da Comunidade Surda Japonesa e, em especial, dentro das escolas de Surdos ou do trabalho dos intérpretes. No Japão, ainda há apenas uma escola completamente bilíngue em língua japonesa de sinais e japonês escrito³⁹, mas algumas mudanças, como a alteração do formato do programa da rede NHK, o *Minna no Shuwa*, podem ser reflexo dessa nova visão da língua japonesa de sinais que começa a tomar uma forma cada vez mais sólida no país.

Quadro I — Exemplo de leis mencionados no capítulo

Lei	Região	Data de aprovação	Função
Lei de Língua de Sinais da província de Tottori.	Província de Tottori	8 out. 2013	Estabelece conselho de Surdos e intérpretes para planejamento de ações de promoção linguística; Promoção de: ambientes que facilitem o uso de <i>shuwa</i> , clubes e outras oportunidades de estudo, acesso a informações governamentais em

³⁹ Muitas escolas ensinam com ajuda de *shuwa*, mas *Meisei Gakuen*, fundada em 2008 na região de Tóquio, é a única que ensina também sobre língua japonesa de sinais para seus alunos e a utiliza como meio oficial de instrução dentro da escola. (HAYASHI; TOBIN, 2015)

			<i>shuwa</i> , serviço de intérpretes, ensino de/em <i>shuwa</i> nas escolas, treinamento do corpo docente em <i>shuwa</i> . Delega às empresas a responsabilidade de prover serviços e ambientes de trabalho que facilitem o uso da <i>shuwa</i> .
Lei para a promoção do uso de Braile, <i>shuwa</i> etc., aprofundando os laços entre pessoas com e sem deficiência na criação de uma cidade de mútua compreensão da cidade de Narashino.	Província de Chiba, Cidade de Narashino	21 dez. 2015	Promoção linguística e garantia de informações em <i>shuwa</i> ; Promoção de oportunidades de uso e estudo de <i>shuwa</i> ; Oferta de cursos em <i>shuwa</i> para Surdos; Garantia de informações de emergência rápidas e precisas em caso de desastres.
Lei Língua de Sinais de todos da cidade de Yabu.	Província de Hyogo, Cidade de Yabu	25 Dez. 2020	Promoção de: oportunidades de estudo de língua japonesa de sinais para crianças, acesso à informação (em língua japonesa de sinais e sobre língua japonesa de sinais), espaços para uso da língua. Delega às empresas a responsabilidade de prover serviços e ambientes de trabalho que facilitem o uso da língua japonesa de sinais.

Fonte: produzido pela autora⁴⁰

Na fase atual do projeto, 400 localidades já aprovaram leis de reconhecimento da língua japonesa de sinais⁴¹, entretanto, a Federação está em busca de uma lei nacional que reconheça a língua assim como os regulamentos locais já o fazem, porém, evidentemente, com mais poder

⁴⁰ Baseado em (TOTTORI, 2013), (NARASHINO, 2015) e (YABU, 2020)

⁴¹ Segundo dados disponibilizados pela JFD até março de 2021 disponíveis em: <<https://www.jfd.or.jp/sgh/joreimap>>

de regulamentação e influência. Quanto ao propósito das leis locais, as a nível provincial lidariam com a questão do uso da língua japonesa de sinais nas escolas, enquanto seria delegado aos municípios a promoção linguística e distribuição de intérpretes. (JFD, 2014) Ainda hoje, as políticas com relação à língua japonesa de sinais, são vistas quase que exclusivamente como políticas públicas, de saúde e bem-estar social, e não como políticas linguísticas. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, ocupou um papel importante no processo, servindo como base para que o grupo trabalhasse junto às leis de acesso à informação, reconhecendo esse acesso adequado como uma questão de direitos humanos. O grande terremoto e tsunami que ocorreu na região de *Tôhoku*, em 2011, foi um acontecimento grave que facilitou o entendimento do problema, onde a ausência de intérpretes, bem como a dificuldade que a Comunidade Surda teve de acessar e transmitir informações adequadas, foi literalmente uma questão de vida ou morte, o que impulsionou o movimento por esse viés. (JFD, 2020a)

6.1 Os modelos da Federação Japonesa de Surdos

Uma vez que províncias, municípios e distritos realizaram a regulamentação de forma diferente, é possível observar casos como o município de Narashino, na província de Chiba, que não promulgou uma regulamentação específica para a língua japonesa de sinais, mas uma que também abrange o uso de braile, no mesmo documento (NARASHINO, 2015). Esse e outros casos, embora possam ser considerados como isolados, evidenciam a carência do caráter efetivamente linguístico da política.

Apesar das diferentes localidades redigirem leis expressivamente variadas, a própria Federação disponibiliza um modelo de lei para cada nível de organização: municipal, provincial e nacional. Dentre um dos pontos importantes desse modelo está o esclarecimento não apenas do que é *shuwa*, mas do que significa o termo Surdo também, sendo esse referente à todas as pessoas que utilizam a língua de sinais para viver seu cotidiano. Por se tratar de modelos, eles não podem levar em conta particularidades das localidades, sendo um texto de uso genérico que estabelece, porém, alguns princípios claros de promoção linguística como a disponibilização de intérpretes gratuitos à população e incentivo ao trabalho dos clubes. O ponto mais importante desse modelo é de que ele prevê um artigo que regulamenta o uso da língua japonesa de sinais dentro das escolas para Surdos, promovendo não apenas o estudo em língua de sinais como o estudo de língua de sinais, para isso expõe a necessidade de que seja promovida a aquisição e o aperfeiçoamento dos conhecimentos do corpo docente. (JFD, 2019)

Outro ponto importante desse modelo é que ele propõe a criação de uma espécie de conselho, composto por Surdos, intérpretes e outros profissionais, que atuaria justamente nas questões de promoção linguística, fornecendo o suporte adequado para que as medidas previstas na lei sejam efetivadas. Os membros do conselho deveriam mudar a cada três anos e conteria um número previamente estipulado de membros, que o modelo deixa em aberto para que as prefeituras o adequem às suas necessidades, bem como outras regras para sua formação e administração. Os primeiros modelos de lei que foram disponibilizados pela JFD, não utilizavam o termo *shuwa gengo* para se referir a língua japonesa de sinais durante toda sua extensão de forma que o termo genérico *shuwa* continuava a ser o preferido pelo grupo.

Foi baseada nesse modelo que a primeira província, Tottori, localizada na região sudoeste da ilha principal, aprovou sua lei. Nela, o termo *shuwa gengo* aparece apenas no título, enquanto no corpo da lei ocorre a tentativa de ressignificação do termo, como é possível ver a seguir.

(目的)

第1条 この条例は、手話が言語であるとの認識に基づき、手話の普及に関し基本理念を定め、県、市町村、県民及び事業者の責務及び役割を明らかにするとともに、手話の普及のための施策の総合的かつ計画的な推進に必要な基本的事項を定め、もってろう者とろう者以外の者が共生することのできる地域社会を実現することを目的とする。

(手話の意義)

第2条 手話は、独自の言語体系を有する文化的所産であって、ろう者が知的で心豊かな社会生活を営むために大切に受け継いできたものであることを理解しなければならない。(TOCHIGIKEN, 2013)

(Dos objetivos)

Artigo 1º

O presente decreto partindo do reconhecimento de que *shuwa* é uma língua, esclarece o papel e responsabilidade da prefeitura, dos municípios, pessoas jurídicas e físicas, bem como regulariza os princípios básicos necessários para promoção da compreensão e sistemática difusão da *shuwa*, visando uma sociedade em que Surdos e não-Surdos possam coexistir.

(Da definição de *shuwa*)

Artigo 2º

É necessário entender que a *shuwa* é um produto cultural que possui sistema linguístico independente cuja herança é valorizada pelos Surdos para operar uma vida social intelectual e espiritualmente rica. (TOCHIGIKEN, 2013, tradução minha)

A lei, portanto, parte do princípio que *shuwa* (手話) já é por si mesma reconhecida como língua, sendo, portanto, termo análogo a *nihon shuwa gengo* (日本手話言語 “língua japonesa de sinais”), dispensando a adoção de um novo termo. Há, no entanto, um ponto importante acerca da definição da *shuwa* que é o fato de tratar-se de uma língua de herança, um patrimônio cultural da Comunidade Surda. É um conhecimento que é transmitido entre gerações de Surdos e que constitui a memória dessa comunidade. O que significa que embora

o termo em si seja o mesmo utilizado para sinalizações artificiais, a forma com a qual ele é definido pela lei faz com que essas sinalizações, teoricamente, não sejam levadas em conta na construção do documento.

Se estabelece que é de responsabilidade da província e dos municípios assegurar oportunidades para que os cidadãos aprendam *shuwa*, bem como para o desenvolvimento de grupos de estudos⁴², treinamento e aperfeiçoamento de intérpretes, promoção de pesquisa sobre *shuwa* realizada por Surdos ou intérpretes bem como a divulgação de seus resultados. No artigo 10, parágrafo 2 diz, “a prefeitura se compromete a disponibilizar informações oficiais em *shuwa* e intérpretes consultores de forma que os Surdos possam utilizar e receber informações em *shuwa* a qualquer momento”⁴³ (TOTTORI, 2013), mas não esclarece como ou até que ponto acontece a atuação desses intérpretes. É importante ressaltar, porém, que o termo utilizado dentro da lei para mencionar esses intérpretes é *tsûyakusha* (通訳者), que é um termo mais geral para a palavra intérprete, em oposição ao termo *tsûyakushi* (通訳士) que se refere ao profissional intérprete que possui o certificado do Exame de Interpretação Profissional de Sinais.

Essa lei se mantém muito próxima ao modelo que a JFD propõe e estipula, assim como sugere o modelo, a criação de um conselho responsável em atuar nas questões referentes à promoção linguística. O conselho foi efetivamente criado e atua desde 2013. Um aspecto interessante dessa lei em específico, é que o documento dedica uma introdução à história da língua japonesa de sinais e de seu ensino no Japão, passando pelo começo das proibições à sinalização derivadas das decisões do Congresso de Milão (1980) à retomada do ensino em língua de sinais através do Congresso de Vancouver (TOTTORI, 2013). Apesar de ser a primeira lei, o que poderia levar à imagem de uma legislação mais simples e experimental, trata-se de um documento elaborado com cuidado e pesquisa, padrão que mesmo leis aprovadas ainda hoje no país não seguem.

6.2 O Novo Modelo

⁴² A lei menciona os chamados clubes de *shuwa*, grupos como o clube *Mimizuku* ou o clube *Flono* anteriormente mencionados neste trabalho.

⁴³ 県は、ろう者が手話をいつでも使え、手話による情報を入手できる環境を整備するため、手話通訳者の派遣、ろう者等の相談を行う拠点の支援等を行うものとする

Segundo Hisamatsu (2016, p. 6), mesmo no cerne do movimento para o reconhecimento legal da língua japonesa de sinais, houve resistência no uso do termo *Shuwa Gengo Hô* (手話言語法 “Lei de Língua Japonesa de Sinais”), sendo sugeridos outros nomes, sem o uso do vocábulo *gengo* (言語 “língua”), como *Shuwa Hô* (手話法 “Lei de Sinais”) ou *Shuwa Kihon Hô* (手話基本法 “Lei Básica de Sinais”). Em 2016, a Federação Japonesa de Surdos passou a estudar a possibilidade de alteração no modelo de lei disponibilizado como base para os governos. Nesse modelo, algumas atualizações são propostas e, dentre elas, está a alteração do termo *shuwa* para o termo *shuwa gengo* ao longo de todo o corpo da lei, contrastando com o modelo anterior em que o termo era mantido apenas no título do documento. A nova proposta se deveu à continuidade nos estudos de outros regulamentos externos e se baseou na lei coreanas sobre Língua de Sinais. Após debatida entre os membros administrativos da JFD, a proposta foi liberada para uma espécie de consulta popular, por meio de cartas, fax e e-mails, pedindo a opinião da comunidade acerca das novas alterações que eram previstas para ocorrer ao longo do ano de 2017. (JFD, 2017) No ano seguinte, a Federação altera oficialmente seu modelo de lei nacional e em 2019 as mudanças passam a integrar também o arquivo dos modelos disponibilizados para as leis municipais e provinciais. Assim, as leis que começaram a tramitar depois dessa alteração, e que foram baseadas nesse novo modelo, utilizam o termo *shuwa gengo* (手話言語 “língua japonesa de sinais”) ao longo do documento, ao contrário de modelos anteriores como o de Tottori.

A cidade de Yabu, na província de Hyôgo, promulgou a sua Lei de Língua Japonesa de Sinais em 25 de dezembro de 2020, tomando como base o novo modelo de lei, mas sob o título Lei de Língua de Sinais de Todos da Cidade de Yabu. Trata-se de um texto curto e genérico acerca da promoção linguística dentro da cidade. Ele não estabelece um plano de ação claro como o modelo da JFD, mas designa responsabilidades às empresas privadas, escolas, cidadãos e à própria prefeitura. Assim como o novo modelo sugere, o termo utilizado é o equivalente à língua japonesa de sinais, como pode ser observado no trecho a seguir.

(目的)

第1条 この条例は、手話が言語であるという認識に基づき、手話言語に対する理解、普及及び手話言語を必要とする障がいのある人への理解について、その基本理念を定めて、市の責務並びに市民及び事業者の役割を明らかにすることにより、障がいの有無にかかわらず、全ての市民がお互いの人格と個性を尊重し合い、安心して暮らせる共生社会を実現することを目的とします。

(Dos objetivos)

Artigo 1º Esta lei, baseada no reconhecimento de que *shuwa* é uma língua, tem por objetivo delinear os princípios básicos para o fomento do entendimento e

promoção da língua japonesa de sinais assim como o entendimento acerca das pessoas com deficiência que precisam dessa língua japonesa de sinais. À medida que esclarece as obrigações da cidade, e o papel de pessoas físicas e jurídicas, visa o estabelecimento de uma sociedade em que todos os cidadãos, portadores ou não de deficiência, possam viver de forma tranquila respeitando suas personalidades e individualidades de forma mútua. (YABU, 2020, grifo e tradução minha)

Assim como as demais leis, a da cidade de Yabu também inicia o texto a partir do reconhecimento linguístico da língua japonesa de sinais, entretanto, a falta de um plano concreto de ação estabelecido, como na proposta da JFD que sugere a criação do conselho, especifica o número de membros e a periodicidade de escolha da diretoria, torna questionável o propósito e a efetividade da legislação. São necessárias pesquisas que atestem a efetividade das novas leis e que possam servir de guia para o estabelecimento de novos planos de ação que estejam de acordo com a realidade da Comunidade Surda. Por enquanto, a Comunidade Surda japonesa continua a movimentação para a criação de uma lei que ampare a promoção linguística da língua japonesa de sinais e garanta os 5 direitos mencionados anteriormente, enquanto por si mesma promove a própria língua tentando aproximar a comunidade dos ouvintes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me deparei com uma obra literária que utilizava o termo “Linguagem de Sinais” enquanto tradução para o termo *shuwa*, fiquei pensando na falta de reconhecimento linguístico que carrega essa tradução para um termo que ao menos na comunidade acadêmica, já havia entrado em desuso no Brasil. Parecia um termo fora da realidade e o julguei como uma escolha infeliz. Mas hoje, pensando em todo esse contexto, talvez eu olhasse para aquela tradução com outros olhos; afinal, *shuwa* não é exatamente a língua japonesa de sinais, embora seja difícil precisar quais são as fronteiras desse termo. Há uma grande possibilidade de que a pessoa que traduziu aquele texto não tenha se dado conta da importância do termo, e que tampouco saiba sobre a Comunidade Surda japonesa; entretanto, fato é que, coincidentemente ou não, traduzir *shuwa* para “linguagem de sinais” marca uma ausência de visão de língua semelhante à presente entre os próprios japoneses.

Ao longo dos últimos 60 anos, os clubes de *shuwa* foram e continuam sendo um grande veículo de promoção da sinalização dentro do Japão. Inúmeros estudantes de diversas idades se unem nas escolas, universidades e associações de pais ou moradores para aprenderem a se comunicar por meio de sinais. Entretanto, a forma como se estrutura a sociedade japonesa populariza um posicionamento que tenta aproximar a Comunidade Surda dos ouvintes por meio de uma perspectiva aglutinadora, a qual tenta apagar as diferenças linguísticas entre as duas comunidades. Em virtude desse posicionamento, embora os clubes tenham potencial para funcionarem como um grande veículo de promoção linguística e de informação, muitas vezes eles tangenciam essas questões, o que se reflete na falta de materiais didáticos e oportunidades de discussão que convidem os estudantes a observarem a *shuwa* por uma perspectiva linguística que, embora existente no meio acadêmico havia um certo tempo, pouco chega ao conhecimento popular.

Através dos clubes, programas de TV, dentre outros, são inegáveis os esforços japoneses na promoção de uma linguagem de sinais padrão que seja acessível a toda população, mas de uma linguagem e não de uma língua. Como a própria Federação Japonesa de Surdos expressa, as movimentações japonesas que dizem respeito à língua de sinais estão, na verdade, voltadas para o âmbito da saúde e bem-estar. As leis regionais são apenas bases que muitas vezes não estabelecem parâmetros mais específicos sobre como a promoção dessa língua deve ocorrer. Embora já existam meios para a promoção da *shuwa*, não há pesquisas mais aprofundadas a respeito do real entendimento linguístico que é propagado pelos clubes e cursos comunitários, bem como as mudanças internas que ocorreram nesse tipo de atividade depois

da implementação dos regulamentos. As leis clarificam a necessidade de se aprofundar o conhecimento a respeito da língua japonesa de sinais e há muitas localidades que já possuíam políticas de promoção através de atividades abertas à comunidade, sendo essas previstas dentro das políticas de acesso à informação e de direitos das pessoas com deficiência, mesmo antes que uma regulamentação específica para língua de sinais tenha sido estabelecida.

No Brasil, temos uma lei nacional que reconhece a Língua Brasileira de Sinais enquanto língua da Comunidade Surda do país, bem como estabelece a necessidade de seu estudo e garante seu uso nas esferas públicas. No Japão, as leis, além de serem regionais, esboçam apenas uma tentativa formal de resignificação do termo *shuwa*, sem muitas vezes uma previsão efetiva de como defender os 5 direitos da Língua de Sinais. Evidentemente, o sistema político e a organização dos dois países são completamente diferentes e por isso é impossível que os processos legislativos ocorram da mesma maneira. Entretanto, o fato de o Japão ainda não possuir regulamentações nacionais acerca da língua japonesa de sinais é resultado também de uma série de processos e características da comunidade local ao mesmo tempo que é indício de uma política nacionalista de resistência tipicamente japonesa.

O objetivo deste trabalho não é invalidar o uso do Japonês Sinalizado e muito menos os esforços para promoção da *shuwa*, mas atentar para o fato de que é importante reconhecer claramente tudo que ela engloba e o contexto em que ela surge. Em virtude da ampla divulgação do Japonês Sinalizado, acabou se criando ao redor dele uma diglossia, um caráter normativo e um status de superioridade com relação à própria língua japonesa de sinais. Existem relatos de Surdos que se deparam com o julgamento de ouvintes apontando como erro as sinalizações que simplesmente não seguem o padrão do Japonês Sinalizado, ou Surdos que por si mesmos veem o Japonês Sinalizado como mais belo do que sua própria sinalização. Esse processo tira das mãos dessa comunidade o poder sobre a própria língua e tira dos Surdos a possibilidade de serem protagonistas de sua própria história. Se uma lei é criada para proteger uma herança cultural, é preciso que esteja claro que língua é essa e a que comunidade ela pertence.

Durante o processo tradutório, é comum nos depararmos com determinadas palavras-chave centrais a uma obra literária, a uma área do conhecimento ou mesmo a uma comunidade, palavras cuja compreensão é o ponto de partida para qualquer discussão dentro de um determinado escopo. *Shuwa* é esse tipo de termo: sua construção histórica e emprego marcam processos socioculturais e identitários importantes para a Comunidade Surda no Japão e seu entendimento é o passo inicial necessário não só para um projeto na área de tradução como para qualquer pesquisa que venha a ser feita com relação a essa comunidade, seja ela do âmbito da antropologia, sociologia, educação, interpretação ou qualquer outro. Este trabalho foi

construído enquanto possibilidade de um primeiro contato mais íntimo com os Estudos Surdos Japoneses, abrindo margem para estudos interculturais entre as comunidades brasileira e japonesa também por esse viés.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, N. A. **Sinais caseiros: uma exploração de aspectos linguísticos.** Tese (Mestrado em Linguística) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Tradução: Denise Bottmann)
- ARMSTRONG, D.F. *William C. Stokoe, Jr: Founder of Sign Language Linguistics 1919-2000. Gallaudet University Press E-newsletters.* Washington, 4 maio 2000. Disponível em: <<http://gupress.gallaudet.edu/stokoe.html>>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- BRITTO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 275 p. 2013.
- CAPOVILLA, F. **Entrevista à Globo News: Libras e educação bilíngue de surdos.** 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uVbzA7fpJWE&t=>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- CLANCY, P. M. *The acquisition of communicative style in Japanese.* e. In: SCHIEFFELIN B. B.; OCHS E. **Language Socialization across Cultures.** (*Studies in the social and cultural foundations of language*, n 3. Cambridge: Cambridge University. p. 213-250. 1987
- DAVIES, R. J.; IKENO, O. **Japanese mind: Understanding Contemporary Japanese Culture.** Tóquio: Tuttle, 2002.
- HALL, E.T. **The silent language.** Nova Iorque: Doubleday, 1959.
- HAYASHI, A.; TOBIN, J. *Contesting Vision sat a Japanese School for the Deaf.* **Anthropology & Education Quarterly**, v. 46 n 4, p.380-396, 2015.
- HISAMATSU, M. *Shuwa Gengo Hô to kyôiku (3): shuwa kara shuwa gengo no jidai e. Rô Kyôiku no Ashita* [ろう教育の明日]. n. 74. dez. 2016. Disponível em: <<https://www.normanet.ne.jp/~deafedu/syuwagennghisamatsu.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ITO, M; TADANA, R; TAKEMURA, S; TAIRE, M. **Signing Exact Japanese.** 2005 Disponível em: <<http://www2s.biglobe.ne.jp/~kem/pam-eng/index.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- ITO, M.; TAKEMURA, S.; TADANO, R.; HIRA, M. **Nihongo taiô shuwa** [日本語対応手話]. *Shuwa Komyunikêshon Kenkyûkai.* 1985. Disponível em: <<http://www2s.biglobe.ne.jp/~kem/SEJ/PDF/SEJ1985.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- Japan National Center of Sign Language Education. *Sentaa setsuritsu no igi to keika. Shakai Fukushi Hôjin Zenkoku Shuwa Kenshû Sentaa* [社会福祉法人全国手話研修センター]. s./d. Disponível em: <<https://www.com-sagano.com/about/hojin/igi>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- JAPÃO. **Shintai Shôgaisha Fukushi Hô** [身体障害者福祉法]. n. 283. Tóquio, dez. 1949. Disponível em: <https://www.mhlw.go.jp/web/t_doc?dataId=83006000&dataType=0&pageNo=1>. Acesso em: 15 abr. 2021.

JAPÃO. *Shôwa 45 nen Hôritsu dai 84 ban, Shôgaisha Kihon Hô* [障害者基本法]. 1970
Disponível em: <<https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=345AC1000000084>>. Acesso em:
15 abr. 2021.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*) *Shuwa Gengo-Hô (Kashô) seitei suishin jigyo kaishi!*
Ippan Zaidan Hôjin Zen Nihon Rôa Renmei [一般財団法人全日本ろうあ連盟]. 4 nov.
2010. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/2010/11/04/pid2148>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). *Shichôson shuwa gengo moderu jôrei o sakutei suru ni atatte. Ippan Zaidan Hôjin Zen Nihon Rôa Renmei* [一般財団法人全日本ろうあ連盟].
2014 Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/20140827-jorei-model-sakutei.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2021.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). *Shuwa Gengo Hô Ikensho Saitaku 100% tassei Nengappi*. 2016a ***Ippan Zaidan Hôjin Zen Nihon Rôa Renmei*** [一般財団法人全日本ろうあ連盟]. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/map/i-dates.php>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). ***Shuwa de Go2!*** [手話で Go2!]: *shuwa no aru yutakana shakai wo Shuwa Gengo-Hô seitei ni mukete*. 2016b. Disponível em:
<<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/20161219-sgh-shuwadego2.pdf>>. Acesso em 19 dez. 2020.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). *History. Japanese Federation of the Deaf*. s./d.
Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/en/about/history>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). [Iken boshû no oshirase] *Nihon Shuwa Gengo Hôan shûsei-an (shûryô)*. ***Ippan Zaidan Hôjin Zen Nihon Rôa Renmei***. [一般財団法人全日本ろうあ連盟] 2017. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/2017/05/12/pid16315>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). *Todôfuken Shuwa Gengo Jôrei moderu-na. Ippan Zaidan Hôjin Zen Nihon Rôa Renmei* [一般財団法人全日本ろうあ連盟]. 15 mar. 2019.
Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/20190515-todofuken-jorei-model.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*). *Our Movement for Promoting the Establishment of a Sign Language Law in Japan. Japanese Federation of the Deaf*. 13 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/en/2020/03/13/pid1789>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

JFD (*Japanese Federation of the Deaf*) ***Shuwa Gengo de Go3!*** [手話言語で Go3!]: *shuwa no aru yutakana shakai o Shuwa Gengo-Hô seitei ni mukete*. 2020b. Disponível em:
<<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/20200124-sgh-shuwadego3.pdf>>. Acesso em: 18 dez 2020.

KANDA, K.; FUJINO, N. ***Kiso kara no shuwagaku*** [基礎からの手話学]. Tóquio: Fukumura, 1996.

KIMURA, H. ***Nihon shuwa to nihongo taiou shuwa (shushi nihongo): Aida ni aru Fukai Tani*** [日本手話と日本語対応手話 (手指日本語) : 間にある深い谷]. Tóquio: Seikatsushoin, 2011.

KRAUSS, E. S.; ROHLEN, T. P.; STEINHOFF, P. G. *Conflict: An Approach to the Study of Japan*. In: ***Conflict in Japan***. Honolulu: University of Hawaii, 1984.

MARTINS, N. S. *A tradução na formação da tradição japonesa: um panorama sobre tradução no Japão*. Trabalho de Conclusão de Curso, 49 p. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

MARUYAMA, R. *Rouji no Shinri. Tōkyo Rōgakkō Kiyō Dainishū* [東京聾啞学校紀要. 第2輯]. Tóquio: Tōkyo Rōgakkō, 1935. p.130-152.

MATSUMOTO, T.; HARADA, D.; HARA, D.; IKEDA, T. *Nihongo wo en'yō shita Nihon Shuwa hyōki-Hō no kokoromi. Shizen gengo shori* [自然言語処理]. v.13, n.3., jul. 2006. Disponível em <https://www.jstage.jst.go.jp/article/jnlpi1994/13/3/13_3_177/_pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

MATSUMURA, S. *Nihonjin. Digital Daijisen* [デジタル大辞泉]. Shogakukan. Disponível em: <<https://kotobank.jp/word/%E6%97%A5%E6%9C%AC%E4%BA%BA-110194#E3.83.87.E3.82.B8.E3.82.BF.E3.83.AB.E5.A4.A7.E8.BE.9E.E6.B3.89>>. Acesso em 03 mar. 2020.

NAKAMURA, K. *Deaf in Japan: signing and the politics of identity*. Nova Iorque: Cornell University, 2006.

NARASHINO. *Narashino-shi shuwa, tenji-tō no riyō o susumete, sawa gai no aru hito mo nai hito mo kizuna o fukame, tagaini kokoro o kayowa seru machidzukuri jōrei* [習志野市手話、点字等の利用を進めて、障がいのある人もない人も絆(きずな)を深め、互いに心を通わせるまちづくり条例]. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgf/map/pdf/j-chiba-narashino-20151221.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

NHK. *Bangumi Hyō* 12/13-12/20. 2020. *ETere 021* [Eテレ 021]. S./d. Disponível em: <<https://www.nhk.jp/timetable/130/e1/20201213/weekly/now/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

NHK. *NHK Minna no Shuwa. NHK Archives*. s./d. Disponível em: <https://www2.nhk.or.jp/archives/tv6obin/detail/index.cgi?das_id=D0009040271_00000>. Acesso em: 12 dez. 2020.

NHK. *NHK Sign Language News* [NHK 手話ニュース]. 15 Abr. 2021 Disponível em: <<https://www.nhk.or.jp/shuwa/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

NISHIDA, A. *Kyoto Shi Shuwa Gakushuukai "Mimizuku" no Seiritsu Katei to Shoki no Katsudō. Ritsumeikan Sangyōshakai Ronshū* [立命館産業社会論集]. v.55, n. 1., jun. 2019.

NISHIOKA, M. *Nagano Kenmatsumoto Rō Gakkō Dōsōkai Sōritsu 70 Shūnenkinen Taikai: Kinen kōen. Matsumoto rō gakkō dōsōkai* [松本ろう学校同窓会]. 2011. Disponível em: <<https://www.nagano-c.ed.jp/matsuro/dousou/H23/kouen.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2020.

NNN. *News Sunday*. Tóquio: NNN, 28 maio 2017. Programa de TV.

ODA, Y. *Rō Kyōiku no Rekishi. In: Kiso kara no shuwagaku* [基礎からの手話学]. Tóquio: Fukumura Shuppan 1996.

OGURA, T. *Nōmarazeishon Shougaiisha no Fukushi. Disability Information Resources*. dez. 2017. Disponível em: <<https://www.dinf.ne.jp/doc/japanese/prdl/jsrd/norma/n437/n437001.html#:~:text=%E6%9C%80%E5%88%9D%E3%81%AE%E6%89%8B%E8%A9%B1%E3%82%B5%E3%83%BC%E3%82%AF%E3%83%AB%E8%AA%95%E7%94%9F,%E8%A8%80%E3%82%8F%E3%82%8C%E3%81%A6%E3%81%8A%E3%82%8A%E3%81%BE%E3%81%99%E3%80%82>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OKA, N; AKAHORI, H. *Bunpô ga kiso kara wakaru: Nihonshuwa no Shikumi* [文法が基礎からわかる : 日本手話の仕組み]. Tóquio: Taishûkanshoten, 2011.

ONU, HUMAN RIGHTS COMMITTEE. International Convention on Civil and Political Rights. **Summary Record of the 320th Meeting Bonn: 20 out. 1981.** 1981

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. 124 p.

PEAK, L. *Learning to Become part of the Group: The Japanese Child's Transition to Preschool Life.* *Journal of Japanese* n.15, v.1, Washington, *Society for Japanese Studies*, 1989. p. 93-123.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D. L.; EMMOREY, K. As línguas de bilíngues bimodais. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto.** v. 11, 2016. p.139-160.

SAITÔ, M. *Mô Hitotsu no Shuwa: Rôsha no Yutaka na Sekai* [もう一つの手話 : ろう者の豊かな世界]. Tóquio: Shôbunsha, 1999.

SAITÔ, K. *Shôsû gengo toshite no shuwa* [少数言語としての手話]. Tóquio: Tokyo University, 2007.

SAKURAI, C. **Os Japoneses.** São Paulo: Contexto, 2007.

SHIBUYA, T. *Mainoriti toshite no Rô Bunka: Kikoenai koto wo dô toraeru ka. Hikaku bungaku bunka ronshu* [比較文学文化論集]. Tôkyo. v.15. *Daigaku Hikaku Bungaku-Bunka Kenkyûkai*, 1998. p. 25-34.

SHUWA tango: 261 [Ai] [aijô] [jôai] [kawaii] [kawai garu] [kawairashii]. Shuwa shuwa Shu Shu Shu [手話しゅわ SHUSHUSHU]. 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://hs84.blog.jp/archives/4715534.html>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A dictionary of American sign language on linguistic principles.* Washington: Gallaudet, 1965.

SUEMORI, A. *Nihon Rôbunka no Higeiki. Rô bunka* [ろう文化]. Tóquio: Seidosha, 2000. p.58-61

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão:** Revista de Educação Especial. Brasília, Secretaria de Educação Especial, v.1, p.19-23, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

SOUSA, A. N.; QUADROS, R. M. **Uma análise do fenômeno “alternância de línguas” na fala de bilíngues intermodais (Libras e Português).** *Rev Virtual Estud Ling.* 2012.

TAKADA, E. *Shuwa kara mita gengo no kigen* [手話からみた言語の起源]. Quioto: Bunrikaku, 2013.

TAKADA, E.; ANDÔ, T. *Nihon ni Okeru Shuwa Tsûyaku no Rekishi to Rinen* [日本における手話通訳の歴史と理念]. *Nihon Chôryoku Shôgai Shinbun*, v.6. 1979. Disponível em: <<http://home.att.ne.jp/theta/setatsumuri/ando-takada-ronbun.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TANEMI. “Minna no shuwa” Shinnen Kaishi. In: *Sonohi wa totsuzen yattekita ~ V6 ni miserarete* [その日は突然やってきた~V6に魅せられて]. 14 abr. 2018. Disponível em: <<https://ameblo.jp/chess196/entry-12366912849.html>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

TANI, C. Terebi Tsûyaku. *Kiso kara no shuwagaku* [基礎からの手話学]. Tóquio: Fukumura, 1996.

TOCHIGI. *Tochigi Shuwa Gengo Jôrei* [栃木手話言語条例]. 11 out. 2013. Disponível em: <<http://www.pref.tottori.lg.jp/secure/845432/syuwa.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

TÔHÔ. Na mo naku mazushiku utsukushiku: posutaa gazô [名もなく貧しく美しく: ポスター画像]. **Eiga.com** [映画.com]. S./d. Disponível em: <<https://eiga.com/movie/38358/photo/>> Acesso em: 10 mar. 2021.

TSUDA, S. *Indirectness in Discourse: What Does It Do in Conversation?*. *Intercultural Communication Studies*, v. III, (1), 1993, p. 63-74.

WHO *Deafness and hearing loss*. **World Health Organization**. 2021 Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

YABU. *Yabushi Minna no Shuwa Gengo Jôrei* [養父市みんなの手話言語条例]. 25. dez 2020. Disponível em: <<https://www.jfd.or.jp/info/misc/sgh/map/pdf/j-hyogo-yabu-20201225.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

YAMASHITA, E. *Deafhood With/Out Deafness - Gengo to sintai no kousasuru chiten. Quadrante: Kuadorante: Shibungi: Chiiki bunka ichi no tame no sôgôzasshi* [Quadrante : クアドランテ : 四分儀 : 地域・文化・位置のための総合雑誌]. N. 14. Tóquio, Tókyo Gaikokugo Daigaku Kaigai Jijô Kenkyûsho, 2012. p. 207-213.

YAZAWA, K. *Dôka-teki tógô kara tayô-sei o shitatameta kyôsei e: Rô kyôiku kara mita. Rô bunka sengen. Rô Bunka* [ろう文化]. Tóquio: Seidosha. 2000. p.23-31.

YONAIYAMA, A. *Rô o futei suru shisô ni NO. Asahishinbun* [朝日新聞]. edição matinal, 8 out. 1999.

YONEKAWA, A. *Shuwa to iu kotoba: mô hitotsu no nihon no gengo* [手話ということば: もう一つの日本の言語]. *Quioto: PHP Kenkyûsho*, 2002.